

INFORMAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 158/2017

ÁREA: Área de Administração e Recursos Humanos – AARH

PREGÃO ELETRÔNICO AARH Nº 52/2017

CONTRATO OCS Nº 376/2017 (SRM nº 4400002795)

CONTRATADO: DELOITTE TOUCHE THOMATSU AUDITORES INDEPENDENTES
(CNPJ: 49.928.567/0001-11)

OBJETO: A prestação de serviços de consultoria para auxílio na adequação das sistemáticas utilizadas pelas empresas do Sistema BNDES aos requisitos da norma IFRS 9 - Instrumentos Financeiros emitida pelo Internacional Accounting Standards Board – IASB, conforme especificações do Edital e de seus Anexos.

VALOR: R\$ 3.750.000,00 (três milhões, setecentos e cinquenta mil reais)

PRAZO: 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da assinatura do contrato.

AUTORIZAÇÃO PARA LICITAR: Pela Diretoria do BNDES, através da Decisão DIR nº 386/2017, em 10/07/2017, na Informação Padronizada ACO/DESOC/GIFRS nº 17/2017.

HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO: Pelo Sr. Superintendente da Área de Administração e Recursos Humanos, em 10/08/2017, na Informação Padronizada AARH/DELIC nº 52/2017.

FUNDAMENTO LEGAL DA CONTRATAÇÃO: Lei nº 13.303/2016.


REPRESENTANTE LEGAL DO BNDES: Carlos Roberto Lopes Haude

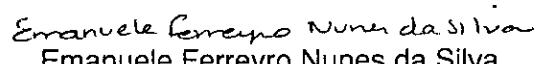
ADVOGADA: Maria Amélia P.P. Chambarelli


DATA: 28/08/2017

CERTIDÕES	VALIDADE	AUSÊNCIA DE REGISTROS IMPEDITIVOS À CONTRATAÇÃO	DATA DA CONSULTA
Fazenda Nacional	04/09/2017	Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS (Portal da Transparência - CGU)	28/08/2017
FGTS	14/09/2017	Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP (Portal da Transparência - CGU)	28/08/2017

		Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (Portal CNJ)	28/08/2017
		Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF (Portal de Compras Governamentais)	28/08/2017
		Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN	28/08/2017


Maria Amélia P. P. Chambarelli
Advogada
AARH/DELIC/GLIC2


Emanuele Ferreyro Nunes da Silva
Advogada
Gerente Substituta AARH/DELIC/GLIC2


Rogerio Abi-Ramia Barreto
Advogado
Chefe de Departamento AARH/DELIC

CONTRATO OCS Nº 376/2017
CONTRATO SRM Nº 4400002795

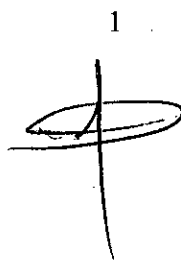
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM
O BANCO NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL – BNDES E DELOITTE TOUCHE
TOHMATSU AUDITORES
INDEPENDENTES, NA FORMA ABAIXO:

O **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**, empresa pública federal, com sede em Brasília - DF e serviços no Rio de Janeiro – RJ, na Av. República do Chile, nº 100, CEP nº 20.031-917, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 33.657.248/0001-89, doravante denominado simplesmente **BNDES**, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social; e **DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES**, com sede na Avenida Dr. Chucri Zaidan, nº 1240, 12º andar, unidade autônoma nº 1203, Edifício Morumbi Golden Tower (Torre A), Vila São Francisco, CEP 04711-130 - São Paulo - SP, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 49.928.567/0001-11, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, neste ato representado na forma de seus atos constitutivos, em conformidade com o procedimento do Pregão Eletrônico AARH nº 52/2017 - **BNDES**, autorizado em 17/07/2017, por intermédio da IP ACO/DESOC nº 17/2017, de 10/07/2017, conforme previsão orçamentária sob rubrica nº 3102200020 (Despesas operacionais/D Adm/Serv Terc/Ass Tec-Serv Especializ), centro de custo nº BN34005000 - ACO/DESOC, observado o disposto na Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento de Formalização, Execução e Fiscalização de Contratos Administrativos do Sistema **BNDES**, têm, entre si, justo e contratado o que se contém nas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de consultoria para auxílio na adequação das sistemáticas utilizadas pelas empresas do Sistema BNDES aos requisitos da norma IFRS 9 - Instrumentos Financeiros emitida pelo Internacional Accounting Standards Board – IASB, conforme especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico AARH nº 52/2017 - **BNDES**) e


Deloitte.
Jurídico

1



Maria Amelia P.P. Chambarelli
Coordenadora
Advogada
AARH/DELI/CLIC2

da proposta apresentada pelo **CONTRATADO**, respectivamente, Anexos I e II deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

O presente Contrato terá duração de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto contratado respeitará as especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I deste Contrato) e da proposta apresentada pelo **CONTRATADO**, respectivamente, Anexos I e II deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – NÍVEIS DE SERVIÇO

Os serviços contratados deverão ser executados de acordo com os padrões de qualidade, disponibilidade e desempenho estipulados pelo **BNDES**, observados os níveis de serviço descritos no Anexo I (Termo de Referência) deste Contrato.

Parágrafo Único

O descumprimento dos níveis de serviço acarretará a aplicação dos índices de redução do preço previstos no Anexo I (Termo de Referência) deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Contrato, quando cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA – RECEBIMENTO DO OBJETO


O **BNDES** efetuará o recebimento do objeto, através do Gestor, mencionado na Cláusula de Obrigações do **BNDES** deste Contrato, observado o disposto no Anexo I (Termo de Referência) deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – PREÇO

O **BNDES** pagará ao **CONTRATADO**, pela execução do objeto contratado, o valor de até R\$ 3.750.000,00 (três milhões setecentos e cinquenta mil reais), conforme proposta apresentada (Anexo II deste Contrato), observado o disposto na Cláusula de Pagamento deste Instrumento, e a seguinte composição:


Deloitte.
Jurídico

 2


Maria Amélia P.P. Chambarelli
Coordenadora
Advogada
AARH/DELIC/GLIC2


Deloitte.

ETAPA	Código	Descrição do Produto		Valor unitário R\$	Quantidade de Produtos	Valor Total R\$
1	P1	Documento contendo o plano de trabalho e a metodologia para a ETAPA 02	SISTEMA BNDES	131.860,35	1	131.860,35
	P2	Reunião de apresentação ao BNDES do plano de trabalho		37.609,80	1	37.609,80
2	P3	Documento contendo o mapeamento da situação das sistemáticas e proposição de adequação das sistemáticas	SISTEMA BNDES	611.199,97	1	611.199,97
	P4	Documento contendo o plano de trabalho e a metodologia para a ETAPA 03		135.337,83	1	135.337,83
	P5	Reunião de apresentação ao BNDES dos principais resultados e do plano de implementação da ETAPA 3		32.437,85	1	32.437,85
3a	P6a	Documento contendo Nota Técnica relacionando as sistemáticas desenvolvidas para cada assunto e aspecto, incluindo sumário executivo, resultados obtidos e conclusão dos trabalhos	BNDESPAR	277.495,34	1	277.495,34
	P7a	Documento contendo as sugestões de estrutura das demonstrações financeiras, notas explicativas e planos de contas em atendimento aos requisitos da norma IFRS 9		174.848,41	1	174.848,41
	P8a	Documento contendo orientação de como conduzir o monitoramento e controle dos aspectos das sistemáticas, como efetuar análise crítica e definir ações preventivas e corretivas		447.750,56	1	447.750,56
	P9a	Reunião de apresentação dos procedimentos executados e resultados da implementação da adequação das sistemáticas		27.249,56	1	27.249,56
3b	P6b	Documento contendo Nota Técnica relacionando as sistemáticas desenvolvidas para cada assunto e aspecto, incluindo sumário executivo, resultados obtidos e conclusão dos trabalhos	CONSOLIDADO	969.714,23	1	969.714,23
	P7b	Documento contendo as sugestões de estrutura das demonstrações financeiras, notas explicativas e planos de contas em atendimento aos requisitos da norma IFRS 9		295.114,74	1	295.114,74
	P8b	Documento contendo orientação de como conduzir o monitoramento e controle dos aspectos das sistemáticas, como efetuar análise crítica e definir ações preventivas e corretivas		568.811,56	1	568.811,56
	P9b	Reunião de apresentação dos procedimentos executados e resultados da implementação da adequação das sistemáticas		40.569,80	1	40.569,80
VALOR GLOBAL DOS SERVICOS						3.750.000,00



Deloitte.
Juridico

3



Maria Amélia P.P. Chambarelli
Coordenadora
Advogada
AARH/DELIC/GLIC2

Parágrafo Primeiro

No valor ajustado no *caput* desta Cláusula estão incluídos todos os insumos, encargos trabalhistas e tributos, inclusive contribuições fiscais e parafiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução deste Contrato.

Parágrafo Segundo

Na hipótese de o objeto ser parcialmente executado e recebido, os valores previstos nesta Cláusula serão proporcionalmente reduzidos, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Terceiro

Caso o **BNDES** não demande o total do objeto previsto neste Contrato, não será devida indenização ao **CONTRATADO**.

Parágrafo Quarto

O **CONTRATADO** deverá arcar com os ônus decorrentes de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo, conforme o caso:

- I. complementá-los, caso os quantitativos previstos inicialmente em sua proposta não sejam satisfatórios para o atendimento ao objeto deste Contrato; ou
- II. reverter o excedente como lucro, sendo facultada ao **BNDES** a promoção de negociação com vistas a eventual prorrogação contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO

O **BNDES** efetuará o pagamento referente ao objeto deste Contrato, por meio de crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis a contar da data de apresentação do documento fiscal ou equivalente legal (como nota fiscal, fatura, recibo de pagamento a autônomo), desde que tenha sido efetuado ateste pelo Gestor do Contrato das obrigações contratuais assumidas pelo **CONTRATADO**, observado o disposto no Anexo I (Termo de Referência) deste Instrumento.

Parágrafo Primeiro

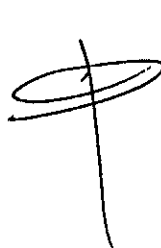
Nas hipóteses em que o recebimento definitivo ocorrer após a entrega do documento fiscal ou equivalente legal, o **BNDES** terá até 10 (dez) dias úteis, a contar da data em que o objeto tiver sido recebido definitivamente, para efetuar o pagamento.

Parágrafo Segundo

Para toda efetivação de pagamento, o **CONTRATADO** deverá encaminhar 1 (uma) via do documento fiscal ou equivalente legal à caixa de e-mail nfe@bndes.gov.br, ou, quando emitido em papel, ao Protocolo do Edifício de Serviços do **BNDES** no Rio de



Deloitte.
Jurídico



Maria Amélia P.P. Chambarelli
Coordenadora
Advogada
AARH/DELIC/GLIC2

Janeiro - EDSERJ, localizado na Avenida República do Chile nº 100, Térreo, Centro, Rio de Janeiro, CEP nº 20.031-917, no período compreendido entre 10h e 18h.

Parágrafo Terceiro

O documento fiscal ou equivalente legal deverá respeitar a legislação tributária e conter, minimamente, as seguintes informações:

- I. número da Ordem de Compra/Serviço – OCS;
- II. número do Contrato SRM;
- III. descrição detalhada do objeto executado e dos respectivos valores;
- IV. período de referência da execução do objeto;
- V. nome e número do CNPJ do **CONTRATADO**, cuja regularidade fiscal tenha sido avaliada na fase de habilitação, bem como o número de inscrição na Fazenda Municipal e/ou Estadual, conforme o caso;
- VI. nome, telefone e e-mail do responsável pelo documento fiscal ou equivalente legal;
- VII. nome e número do banco e da agência, bem como o número da conta corrente do **CONTRATADO**, vinculada ao CNPJ constante do documento fiscal ou equivalente legal, com respectivos dígitos verificadores;
- VIII. tomador dos serviços: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – **BNDES**;
- IX. CNPJ do tomador dos serviços: 33.657.248/0001-89;
- X. local de execução do objeto, emitindo-se um documento fiscal ou equivalente legal para cada Município em que o serviço seja prestado, se for o caso; e
- XI. código dos serviços, nos termos da lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003.

Parágrafo Quarto


Ao documento fiscal ou equivalente legal deverão ser anexados:

- I. certidões de regularidade fiscal exigidas na fase de habilitação;
- II. comprovante de que o **CONTRATADO** é optante do Simples Nacional, se for o caso;
- III. em caso de isenção/imunidade tributária, documentos comprobatórios com a indicação do dispositivo legal que ampara a isenção/imunidade; e
- IV. demais documentos solicitados pelo Gestor do Contrato, necessários ao pagamento do objeto contratado.

Parágrafo Quinto



Deloitte.
Jurídico



Maria Amélia P. P. Chambarelli
Coordenadora
Advogada
AARH/DELIC/GLIC2

Caso sejam verificadas divergências, o **BNDES** devolverá o documento fiscal ou equivalente legal ao **CONTRATADO** ou solicitará a emissão de carta de correção, quando cabível, interrompendo-se o prazo de pagamento até que este providencie as medidas saneadoras ou comprove a correção dos dados contestados pelo **BNDES**.

Parágrafo Sexto

Os pagamentos a serem efetuados em favor do **CONTRATADO** estarão sujeitos, no que couber, às retenções de tributos, nos termos da legislação tributária e com base nas informações prestadas pelo **CONTRATADO**.

Parágrafo Sétimo

Além de outras hipóteses previstas em lei ou no Contrato, o **BNDES** poderá descontar, do montante expresso no documento fiscal ou equivalente legal, os valores referentes a multas, indenizações apuradas em processo administrativo, bem como qualquer obrigação que decorra do descumprimento da legislação pelo **CONTRATADO**.

Parágrafo Oitavo

Caso o **BNDES** não efetue o pagamento na forma prevista nesta Cláusula, em decorrência de fato não atribuível ao **CONTRATADO**, aos valores devidos serão acrescidos juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, *pro rata tempore*, calculados desde o dia do vencimento até a data da efetiva liquidação.

CLÁUSULA OITAVA – EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

O **BNDES** e o **CONTRATADO** têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, em consonância com o inciso XXI, do artigo 37, da Constituição Federal, a ser realizado mediante reajuste ou revisão de preços.

Parágrafo Primeiro


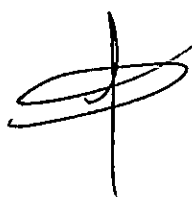
O reajuste de preços, na forma prevista na legislação, poderá ser requerido pelo **CONTRATADO** a cada período de 12 (doze) meses, sendo o primeiro contado do dia 03/08/2017, data de apresentação da proposta (Anexo II deste Contrato), e os seguintes, do fato gerador anterior, adotando-se para tanto a aplicação do índice IPCA acumulado sobre o preço referido na Cláusula de Preço deste Instrumento.

Parágrafo Segundo

A revisão de preços poderá ser realizada por iniciativa do **BNDES** ou mediante solicitação do **CONTRATADO**, quando ocorrer fato imprevisível ou previsível, porém, de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do Contrato, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que onere ou desonere as obrigações



Deloitte.
Jurídico



Maria Amélia P. P. Chambarelli
Coordenadora
Advogada
AARH/DELIC/GLIC2

pactuadas no presente Instrumento, sendo, porém, vedada nas hipóteses em que o risco seja alocado ao **CONTRATADO** nos termos da Cláusula de Matriz de Riscos, respeitando-se o seguinte:

- I. o **CONTRATADO** deverá formular ao **BNDES** requerimento para a revisão do Contrato, comprovando a ocorrência do fato gerador;
- II. a comprovação será realizada por meio de documentos, tais como, atos normativos que criem ou alterem tributos, lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta ou do último reajuste e do momento do pedido de revisão; e
- III. com o requerimento, o **CONTRATADO** deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data da formulação da proposta ou do último reajuste e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor pactuado.

Parágrafo Terceiro

Independentemente de solicitação, o **BNDES** poderá convocar o **CONTRATADO** para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado, ou de itens que compõem o custo, cabendo ao **CONTRATADO** apresentar as informações solicitadas pelo **BNDES**.

Parágrafo Quarto


O **CONTRATADO** deverá solicitar o reajuste e/ou a revisão de preços até o encerramento do Contrato, hipótese em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador, observando-se, ainda, que:

- I. caso o fato gerador do reajuste e/ou da revisão de preços ou a divulgação do índice de reajuste ocorra com antecedência inferior a 60 (sessenta) dias do encerramento do Contrato, o **CONTRATADO** terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do fato gerador ou da data de divulgação do índice, para solicitar o reajuste e/ou a revisão de preços;
- II. caso a divulgação do índice de reajuste ocorra após o encerramento do Contrato, o **CONTRATADO** terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de divulgação do índice, para solicitar o reajuste de preços;
- III. o **BNDES** deverá analisar o pedido de reajuste e/ou revisão de preços em até 60 (sessenta) dias, contados da solicitação e da entrega pelo **CONTRATADO** dos comprovantes de variação dos custos, ficando este prazo suspenso, a critério do **BNDES**, enquanto o **CONTRATADO** não apresentar a documentação solicitada para a comprovação da variação de custos; e


Deloitte.
Jurídico

7




Maria Amélia P. P. Chambarelli
Coordenadora
Advogada
AARH/DELIC/GLIC2

IV. caso o **CONTRATADO** não solicite o reajuste e/ou revisão de preços nos prazos fixados acima, operar-se-á a renúncia a eventual direito ao reajuste e/ou à revisão.

CLÁUSULA NONA – MATRIZ DE RISCOS

O **BNDES** e o **CONTRATADO**, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual mediante a alocação do risco à parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos constante do Anexo III deste Contrato.

Parágrafo Primeiro

O reajuste de preço aludido na Matriz de Riscos deve respeitar o disposto na Cláusula de Equilíbrio Econômico-Financeiro deste Contrato.

Parágrafo Segundo

É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na Matriz de Riscos, como de responsabilidade do **CONTRATADO**.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA CONTRATUAL

O **CONTRATADO** prestará, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da convocação, sob pena de aplicação de multa nos termos deste Contrato, garantia contratual, observadas as condições para sua aceitação estipuladas nos incisos abaixo, no valor de R\$ 112.500,00 (cento e doze mil e quinhentos reais), correspondente a 3% (três por cento) do valor do presente Contrato, que lhe será devolvida após a verificação do cumprimento fiel, correto e integral dos termos contratuais.

I. Caução em dinheiro: deverá ser depositada em favor do **BNDES**, de acordo com as orientações que serão fornecidas quando da referida convocação;

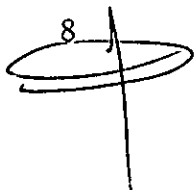
II. Seguro Garantia: a Apólice de Seguro deverá ser emitida por Instituição autorizada pela SUSEP a operar no mercado securitário, que não se encontre sob regime de Direção Fiscal, Intervenção, Liquidação Extrajudicial ou Fiscalização Especial, e que não esteja cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP;


a) O Instrumento de Apólice de Seguro deve prever expressamente:

a.1) responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas ao **CONTRATADO**;

a.2) vigência pelo prazo contratual;


Deloitte.
Jurídico

8



Maria Amélia P.P. Chambarelli
Coordenadora
Advogada
AARH/DELIC/GLIC2

a.3) prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do término da vigência contratual, para apuração de eventual inadimplemento do **CONTRATADO** - ocorrido durante a vigência contratual -, e para a comunicação da expectativa de sinistro ou do efetivo aviso de sinistro, observados os prazos prescricionais pertinentes.

III. Fiança Bancária: a Carta de Fiança deverá ser emitida por Instituição Financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil - BACEN para funcionar no Brasil e que não se encontre em processo de liquidação extrajudicial ou de intervenção do BACEN.

a) O Instrumento de Fiança deve prever expressamente:

a.1) renúncia expressa, pelo fiador, ao benefício de ordem disposto no artigo 827 do Código Civil;

a.2) vigência pelo prazo contratual;

a.3) prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do término da vigência contratual, para apuração de eventual inadimplemento do **CONTRATADO** - ocorrido durante a vigência contratual -, e para a comunicação do inadimplemento à Instituição Financeira, observados os prazos prescricionais pertinentes.

Parágrafo Primeiro

O prazo previsto para a apresentação da garantia poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pelo **CONTRATADO** durante o respectivo transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo **BNDES**.

Parágrafo Segundo

Em caso de alteração do valor contratual, prorrogação do prazo de vigência do Contrato, utilização total ou parcial da garantia pelo **BNDES**, ou em situações outras que impliquem em perda ou insuficiência da garantia, o **CONTRATADO** deverá providenciar a complementação ou substituição da garantia prestada no prazo determinado pelo **BNDES** ou pactuado em aditivo ou em apostilamento, observadas as condições originais para aceitação da garantia estipuladas nesta Cláusula.

Parágrafo Terceiro

Nos demais casos de alteração do Contrato, sempre que o mesmo for garantido por fiança bancária ou seguro garantia, o **CONTRATADO** deve obter do garantidor anuência em relação à manutenção da garantia, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do aditivo ou recebimento de carta de apostilamento ou aditivo epistolar, conforme o caso. Recusando-se o garantidor a manter a garantia, cabe ao **CONTRATADO** obter nova garantia no mesmo prazo, prorrogável por igual período a critério do **BNDES**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Além de outras obrigações estabelecidas neste Instrumento, em seus anexos ou nas leis vigentes, particularmente na Lei nº 13.303/2016, ou que entrarem em vigor, constituem obrigações do **CONTRATADO**:

- I. manter durante a vigência deste Contrato todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, comprovando-as sempre que solicitado pelo **BNDES**;
- II. comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com o **BNDES**, bem como a eventual perda dos pressupostos para a licitação;
- III. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução;
- IV. reparar todos os danos e prejuízos causados ao **BNDES** ou a terceiros, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do Gestor do Contrato;
- V. pagar todos os encargos e tributos, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto deste Contrato, podendo o **BNDES**, a qualquer momento, exigir do **CONTRATADO** a comprovação de sua regularidade;
- VI. providenciar, perante a Receita Federal do Brasil - RFB, comprovando ao **BNDES**, sua exclusão obrigatória do Simples Nacional, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006, se o **CONTRATADO**, quando optante:
 - a) extrapolar o limite de receita bruta anual previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, ao longo da vigência deste Contrato; ou
 - b) enquadrar-se em alguma das situações previstas no artigo 17 da Lei Complementar nº 123/2006;
- VII. permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto pelo Gestor do Contrato;
- VIII. obedecer às instruções e aos procedimentos, estabelecidos pelo **BNDES**, para a adequada execução do Contrato;
- IX. designar 01 (um) preposto como responsável pelo Contrato firmado com o **BNDES**, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor do **CONTRATADO**, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste Instrumento;
- X. apresentar, tempestivamente, a Declaração de Informações para Fornecimento - DIF, adequadamente preenchida, sob pena de instauração de procedimento punitivo para aplicação de penalidades, e de retenção tributária, pelo **BNDES**, nos casos previstos em lei, da alíquota que entender adequada;

a) as informações inseridas na Declaração de Informações para Fornecimento – DIF não deverão divergir das constantes do documento fiscal ou equivalente legal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DO CONTRATADO

O **CONTRATADO**, sempre que for legalmente responsável, deverá cumprir todas as obrigações previdenciárias relativas aos profissionais designados para a prestação de serviço, bem como as obrigações trabalhistas, inclusive as decorrentes de normas coletivas de trabalho, quando mantiver vínculo de emprego com os mesmos, observando-se, neste caso, que o pagamento de salários e demais verbas passadas diretamente ao trabalhador seja realizado por depósito na conta bancária do empregado aberta pelo **CONTRATADO** para esse fim, em estabelecimento de crédito próximo ao local de trabalho, no prazo estabelecido pelo Gestor do Contrato.

Parágrafo Primeiro

Devem ser mantidos e atualizados pelo **CONTRATADO**, bem como exibidos por meio de cópias eletrônicas, sempre que solicitadas pelo **BNDES**, os registros, anotações e documentos que comprovem o cumprimento de suas obrigações trabalhistas e previdenciárias.

Parágrafo Segundo

Fica estabelecido que somente o **CONTRATADO** pode ser considerado, para todos os fins e efeitos jurídicos, como empregador dos profissionais alocados à prestação de serviço, sendo o responsável pelo cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias aplicáveis, cabendo-lhe reembolsar o **BNDES** ou suas subsidiárias de todas as despesas que estes tiverem, inclusive custas, emolumentos e honorários advocatícios, resultantes de sua condenação judicial a honrar obrigações trabalhistas ou previdenciárias, ou ainda a pagar indenizações decorrentes das relações de trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CONDUTA ÉTICA DO CONTRATADO E DO BNDES

O **CONTRATADO** e o **BNDES** comprometem-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade, além de pautar sua conduta por preceitos éticos e, em especial, por sua responsabilidade socioambiental.

Parágrafo Primeiro

Em atendimento ao disposto no *caput* desta Cláusula, o **CONTRATADO** obriga-se, inclusive, a:

- I. não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, seja pecuniária ou de outra natureza, consistente em fraude, ato de corrupção ou qualquer outra violação de dever legal, relacionada com este Contrato, bem como a tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo;
- II. impedir o favorecimento ou a participação de empregado ou dirigente do Sistema **BNDES** (**BNDES** e suas subsidiárias) na execução do objeto do presente Contrato;
- III. providenciar para que não sejam alocados, na execução dos serviços, familiares de dirigente ou empregado do Sistema **BNDES**, considerando-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau;
- IV. observar o Código de Ética do Sistema **BNDES** vigente ao tempo da contratação, bem como a Política de Conduta e de Integridade das Licitações e Contratos Administrativos do Sistema **BNDES** e a Política Corporativa Anticorrupção do Sistema **BNDES**, assegurando-se de que seus representantes, administradores e todos os profissionais envolvidos na execução do objeto pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios neles constantes; e
- V. adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição.

Parágrafo Segundo

O **BNDES** recomenda, ao **CONTRATADO**, considerar em suas práticas de gestão a implantação de programa de integridade estruturado, voltado à prevenção, detecção e remediação da ocorrência de fraudes e atos de corrupção.

Parágrafo Terceiro

Verificada uma das situações mencionadas nos incisos II e III do Parágrafo Primeiro desta Cláusula, compete ao **CONTRATADO** afastar imediatamente da execução do Contrato os agentes que impliquem a ocorrência dos impedimentos e favorecimentos aludidos, além de comunicar tal fato ao **BNDES**, sem prejuízo de apuração de sua responsabilidade, caso tenha agido de má-fé.

Parágrafo Quarto

O **CONTRATADO** declara ter conhecimento do Código de Ética do Sistema **BNDES**, bem como da Política de Conduta e de Integridade das Licitações e Contratos Administrativos do Sistema **BNDES** e da Política Corporativa Anticorrupção do

Sistema **BNDES**, que poderão ser consultados por intermédio do sítio eletrônico www.bndes.gov.br ou requisitados ao Gestor do Contrato.

Parágrafo Quinto

Eventuais irregularidades ou descumprimentos das normas internas do **BNDES** ou da legislação vigente podem ser denunciados à Ouvidoria por qualquer cidadão através dos seguintes canais: página na *internet* (www.bndes.gov.br/ouvidoria); correio (Caixa Postal 15054, CEP 20031-120, Rio de Janeiro – RJ); e telefone (0800 702 6307).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – SIGILO DAS INFORMAÇÕES

Cabe ao **CONTRATADO** cumprir as seguintes regras de sigilo e assegurar a aceitação e adesão às mesmas por profissionais que integrem ou venham a integrar a sua equipe na prestação do objeto deste Contrato, as quais perdurarão, inclusive, após a cessação do vínculo contratual e da prestação dos serviços:

I. cumprir as diretrizes e normas da Política Corporativa de Segurança da Informação do **BNDES**, necessárias para assegurar a integridade e o sigilo das informações;

II. não acessar informações sigilosas do **BNDES**, salvo quando previamente autorizado por escrito;

III. sempre que tiver acesso às informações mencionadas no inciso anterior:

a) manter sigilo dessas informações, não podendo copiá-las, reproduzi-las, retê-las ou praticar qualquer outra forma de uso que não seja imprescindível para a adequada prestação do objeto deste Contrato;

b) limitar o acesso às informações aos profissionais envolvidos na prestação dos serviços objeto deste Contrato, os quais deverão estar cientes da natureza sigilosa das informações e das obrigações e responsabilidades decorrentes do uso dessas informações; e

c) informar imediatamente ao **BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independente da existência de dolo, bem como dos profissionais envolvidos, adotando todas as orientações do **BNDES** para remediar a violação;


IV. entregar ao **BNDES**, ao término da vigência deste Contrato, todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa e registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa a que teve acesso no âmbito deste Contrato;

V. apresentar, na Reunião Preliminar, Termos de Confidencialidade, conforme minuta constante do Anexo V (Minuta de Termo de Confidencialidade para Profissionais)



Deloitte.
Jurídico

13



Maria Amélia P.P. Chambarelli
Coordenadora
Advogada
AARH/DELIC/GLIC2

deste Contrato, assinados pelos profissionais que acessarão informações sigilosas, devendo referida obrigação ser também cumprida por ocasião de substituição desses profissionais; e

VI. observar o disposto no Termo de Confidencialidade assinado por seu Representante Legal constante do Anexo IV (Termo de Confidencialidade para Representante Legal) deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – OBRIGAÇÕES DO BNDES

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento, em seus anexos ou nas leis vigentes, particularmente na Lei nº 13.303/2016, ou que entrarem em vigor, constituem obrigações do **BNDES**:

I. realizar os pagamentos devidos ao **CONTRATADO**, nas condições estabelecidas neste Contrato;

II. designar, como Gestor do Contrato, ALEXANDRE CORDEIRO DE ANDRADE, que atualmente exerce a função de Chefe do Departamento de Relatórios Societários da Área de Controladoria (ACO/DESOC), a quem caberá o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da execução dos serviços, bem como a liquidação da despesa e o atestado de cumprimento das obrigações assumidas;

III. designar, como substituto do Gestor do Contrato, para atuar em sua eventual ausência, ROBSON NASCIMENTO FRANÇA, que atualmente exerce a função de Gerente da Gerência de IFRS (ACO/DESOC/GIFRS);

IV. alterar, quando conveniente, o Gestor do Contrato e/ou o seu substituto, por outro profissional, mediante comunicação escrita ao **CONTRATADO**;

V. fornecer ao **CONTRATADO**, quando solicitado ao Gestor do Contrato, cópia do Código de Ética do Sistema **BNDES**, da Política de Conduta e de Integridade das Licitações e Contratos Administrativos do Sistema **BNDES**, da Política Corporativa Anticorrupção do Sistema **BNDES** e da Política Corporativa de Segurança da Informação do **BNDES**;


VI. colocar à disposição do **CONTRATADO** todas as informações necessárias à perfeita execução dos serviços objeto deste Contrato; e

VII. comunicar ao **CONTRATADO**, por escrito:

- a) quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados ao Contrato;
- b) a abertura de procedimento administrativo para a apuração de condutas irregulares do **CONTRATADO**, concedendo-lhe prazo para defesa; e
- c) a aplicação de eventual penalidade, nos termos deste Contrato.


Deloitte.
Jurídico




Maria Amélia P. P. Chambarelli
Coordenadora
Advogada
AARH/DELIC/GLIC2

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CESSÃO DE CONTRATO OU DE CRÉDITO, SUCESSÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a cessão deste Contrato de qualquer crédito dele decorrente, bem como a emissão, por parte do **CONTRATADO**, de qualquer título de crédito em razão do mesmo.

Parágrafo Primeiro

Para os efeitos desta Cláusula, também se entende por cessão de contrato, a associação formal ou informal, permanente ou provisória, tal como a constituição de consórcio não autorizado pelo **BNDES**, que implique encarregar terceiros da execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Segundo

É admitida a sucessão contratual nas hipóteses em que o **CONTRATADO** realizar as operações societárias de fusão, cisão ou incorporação, condicionada aos seguintes requisitos:

- I. aquiescência prévia do **BNDES**, que analisará eventuais riscos ou prejuízos decorrentes de tal alteração contratual; e
- II. manutenção de todas as condições contratuais e requisitos de habilitação originais.

Parágrafo Terceiro

Caso ocorra a sucessão contratual admitida no Parágrafo anterior, o sucessor assumirá integralmente a posição do sucedido, passando a ser responsável pela execução do presente Contrato, fazendo jus, por conseguinte, ao recebimento dos créditos dele decorrentes.

Parágrafo Quarto

É vedada a subcontratação para a execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PENALIDADES

Em caso de inexecução total ou parcial do Contrato, inclusive de descumprimento de exigência expressamente formulada pelo **BNDES** ou de inobservância de qualquer obrigação legal, bem como em caso de mora, sem motivo justificado, o **CONTRATADO** ficará sujeito às seguintes penalidades:

I. advertência;

II. multa:

- a) de até 20% (vinte por cento) do valor global do Contrato, na hipótese do Contratado deixar de garantir os níveis mínimos de serviço (conforme definição do item 9 do Termo de Referência); e

b) de até 10% (dez por cento), incidente sobre o valor global do Contrato, em virtude de qualquer descumprimento contratual não previsto na alínea anterior, apurada de acordo com a gravidade da infração;

III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **BNDES**, por prazo não superior a 2 (dois) anos, apurado de acordo com a gravidade da infração.

Parágrafo Primeiro

As penalidades indicadas nesta Cláusula somente poderão ser aplicadas após procedimento administrativo, e desde que assegurados o contraditório e a ampla defesa, facultada ao **CONTRATADO** a defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo Segundo

Contra a decisão de aplicação de penalidade, o **CONTRATADO** poderá interpor o recurso cabível, na forma e no prazo previstos no Regulamento de Formalização, Execução e Fiscalização de Contratos Administrativos do Sistema **BNDES**.

Parágrafo Terceiro

A imposição de penalidade prevista nesta Cláusula não impede a extinção do Contrato pelo **BNDES**, nos termos da legislação aplicável e da Cláusula de Extinção do Contrato.

Parágrafo Quarto

A multa prevista nesta Cláusula poderá ser aplicada juntamente com as demais penalidades.

Parágrafo Quinto

A multa aplicada ao **CONTRATADO** e os prejuízos causados ao **BNDES** serão deduzidos de quaisquer créditos a ele devidos, assim como da garantia prestada, ressalvada a possibilidade de cobrança judicial da diferença eventualmente não coberta pelos mencionados créditos.

Parágrafo Sexto

No caso de uso indevido de informações sigilosas, observar-se-ão, no que couber, os termos da Lei nº 12.527/2011 e do Decreto nº 7.724/2012.

Parágrafo Sétimo

No caso de atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, observar-se-ão os termos da Lei nº 12.846/2013.

Parágrafo Oitavo

A sanção prevista no inciso III desta Cláusula também poderá ser aplicada às sociedades ou profissionais que:

- I. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II. tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
- III. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com o **BNDES** em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente Contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nas hipóteses disciplinadas no art. 81 da Lei nº 13.303/2016, entre outras legal ou contratualmente previstas, observando-se que:

- I. as alterações devem preservar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato; e
- II. é vedada a modificação contratual que desnature o objeto da contratação ou afete as condições essenciais previstas no Termo de Referência (Anexo I deste Contrato).

Parágrafo Primeiro

Em atenção aos princípios que regem as relações contratuais, nas hipóteses em que for imprescindível a alteração deste Contrato para viabilizar sua plena execução, conforme demonstrado em processo administrativo, não caberá a recusa das partes à respectiva formalização, salvo em caso de justo motivo, devidamente comprovado pela parte que o alegar.

Parágrafo Segundo


A parte que, injustificadamente, se recusar a promover a alteração contratual indicada no Parágrafo anterior, deverá responder pelos danos eventualmente causados, sem prejuízo das demais consequências previstas neste Instrumento e na legislação vigente.

Parágrafo Terceiro

As alterações contratuais serão formalizadas mediante instrumento aditivo, ressalvadas as hipóteses legais que admitem a alteração por apostilamento e os pequenos ajustes necessários à eventual correção de erros materiais ou à alteração de dados acessórios do Contrato, que poderão ser celebrados por meio epistolar.


Deloitte.
Jurídico

17


Maria Amélia P.P. Chambarelli
Coordenadora
Advogada
AARH/DELIC/GLIC2

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – EXTINÇÃO DO CONTRATO

O presente Contrato poderá ser extinto de acordo com as hipóteses previstas na legislação, convencionando-se, ainda, que é cabível a sua resolução:

I. em razão do inadimplemento total ou parcial de qualquer de suas obrigações, cabendo à parte inocente notificar a outra por escrito, assinalando-lhe prazo razoável para o cumprimento das obrigações, quando o mesmo não for previamente fixado neste instrumento ou em seus anexos;

II. na ausência de liberação, por parte do **BNDES**, de área, local ou objeto necessário para a sua execução, nos prazos contratuais;

III. em virtude da suspensão da execução do Contrato, por ordem escrita do **BNDES**, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo;

IV. quando for decretada a falência do **CONTRATADO**;

V. caso o **CONTRATADO** perca uma das condições de habilitação exigidas quando da contratação;

VI. na hipótese de descumprimento do previsto na Cláusula de Cessão de Contrato ou de Crédito, Sucessão Contratual e Subcontratação;

VII. caso o **CONTRATADO** seja declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal;

VIII. em função da suspensão do direito de o **CONTRATADO** licitar ou contratar com o **BNDES**;

IX. na hipótese de caracterização de ato lesivo à Administração Pública, nos termos da Lei nº 12.846/2013, cometido pelo **CONTRATADO** no processo de contratação ou por ocasião da execução contratual;

X. em razão da dissolução do **CONTRATADO**;

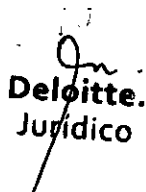
XI. quando da ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Contrato; e

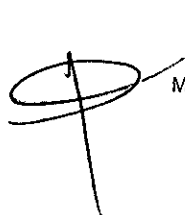
XII. em decorrência de atraso, lentidão ou paralisação injustificáveis da execução do objeto do Contrato, que caracterize a impossibilidade de sua conclusão no prazo pactuado.

Parágrafo Primeiro

Caracteriza inadimplemento das obrigações de pagamento pecuniário do presente Contrato, a mora superior a 90 (noventa) dias.




Deloitte.
Jurídico



Maria Amélia P. P. Chambarelli
Coordenadora
Advogada
AARH/DELIC/GLIC2

Parágrafo Segundo

Os casos de extinção contratual convencionados no *caput* desta Cláusula deverão ser precedidos de notificação escrita à outra parte do Contrato, e de oportunidade de defesa, dispensada a necessidade de interpelação judicial.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Contrato representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

Parágrafo Primeiro

Integram o presente Contrato:

Anexo I - Termo de Referência do Pregão Eletrônico AARH nº 52/2017 - BNDES

Anexo II - Proposta

Anexo III - Matriz de Risco

Anexo IV - Termo de Confidencialidade para Representante Legal

Anexo V - Minuta de Termo de Confidencialidade para Profissionais

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente deste Contrato não constituirá renúncia ou novação nem impedirá as partes de exercerem os seus direitos a qualquer tempo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO

É competente o foro da cidade do Rio de Janeiro para solucionar eventuais litígios decorrentes deste Contrato, afastado qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

As folhas deste Contrato são rubricadas por Maria Amélia P.P. Chambarelli, advogada do **BNDES**, por autorização do representante legal que o assina.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Instrumento, redigido em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2017.

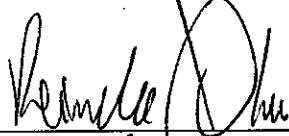
Carlos Roberto Lopes Haude
Superintendente
Área de Administração
Recursos Humanos

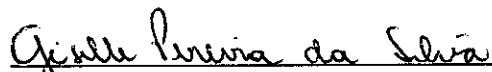
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES

5º Tabelionato de
Notas FRANÇA

DELOITTE TOUCHE THOMATSU AUDITORES INDEPENDENTES

Testemunhas:


Nome/CPF: **REINALDO OLIVARI**
261.623.318-00


Nome/CPF: **Giselle Pereira da Silva**
089.681.077-18

TABELIONATO DE NOTAS FRANÇA JOSÉ ROBERTO P. FRANÇA
R. Américo Brasiliense - nº 2154 - Chácara Santo Antônio - CEP: 04715-004 - Fone: (11) 5180-3500
TABELIÃO

Rec.: Por Semelhança // 1 Firma(s) // de:
GILBERTO BIZERRA DE SOUZA
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE - Doc com valor econo.
Carimbo: 3012298 - SAO PAULO, 04 de setembro De 2017
Valor: R\$ 9,00 - Em test. da Verdade Algoritmo: 195383232476041
Conf...: Liliana

ANTONIO CARLOS NASCIMENTO ALMEIDA - Escrevente
Selo(s): 900726-1034AA

Denival Marcos de Oliveira
ESCREVENTE AUTORIZADO

CONTRATO OCS Nº 376/2017 - BNDES
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA PE Nº 52/2017 - BNDES

1. OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a contratação de serviços de consultoria para auxílio na **adequação das sistemáticas utilizadas pelas empresas do Sistema BNDES aos requisitos da norma IFRS 9** - Instrumentos Financeiros emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

1.1.1. A norma IFRS 9 foi traduzida para a língua portuguesa pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON, entidade brasileira credenciada pela *International Accounting Standards Committee Foundation (IASC Foundation)*, em obediência à Resolução 3.786/09 do Bacen. Além disso, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu o Pronunciamento Técnico nº 48 Instrumentos Financeiros, correlato à referida norma internacional.

1.2. Os serviços de consultoria versarão sobre os instrumentos financeiros do Sistema BNDES, que é composto pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), suas subsidiárias integrais Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME e BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, além dos fundos de investimentos de participação exclusiva, tendo como foco principal os assuntos Classificação, Mensuração e Redução ao Valor Recuperável de instrumentos financeiros, de acordo com descrito no item 2.1.

1.2.1. A adequação das sistemáticas visa à emissão das Demonstrações Financeiras individuais da BNDESPAR em conformidade com o CPC 48, para atendimento à exigência da Instrução nº 457/07 emitida pela CVM, bem como a emissão das Demonstrações Financeiras Consolidadas (CONSOLIDADO) em conformidade com a norma IFRS 9, para atendimento à exigência da Resolução CMN nº 3.786/09, regulamentada pela Circular Bacen nº 3.472/09.


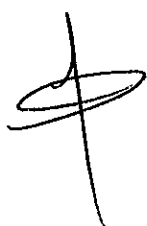
1.3. As sistemáticas a serem adequadas, conforme mencionadas no objeto e ao longo deste Termo de Referência, são definidas como sendo os processos e sistemas utilizados para a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros, inclusive aqueles necessários à apuração do valor recuperável dos referidos instrumentos. No item 2.2 estão detalhados os aspectos das sistemáticas que necessariamente deverão ser abordados quando da execução dos trabalhos pela CONTRATADA.

2. ESCOPO DO OBJETO



Deloitte.
Jurídico

21



Maria Antônia P.P. Chambarelli
Coordenadora
Advogada
AARH/DELIC/GLIC2

Para a realização do trabalho de consultoria de adequação das sistemáticas aos requisitos da norma IFRS 9 (CPC 48), os trabalhos serão divididos em assuntos, descritos no item 2.1. Para cada assunto, deverão ser abordados determinados aspectos, descritos no item 2.2.

2.1. ASSUNTOS

2.1.1. CLASSIFICAÇÃO E MENSURAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

- a) Modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros.
- b) Fluxos de caixa contratuais que constituem exclusivamente pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto ("Teste de SPPI").
- c) Designação de instrumentos financeiros (renda variável e renda fixa).
- d) Desreconhecimento e reclassificação de instrumentos financeiros.
- e) Mensuração de instrumentos financeiros.

2.1.2. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

- a) Reconhecimento de perda de crédito esperada.
- b) Mensuração de perda de crédito esperada.

2.2. ASPECTOS DAS SISTEMÁTICAS

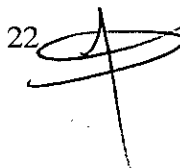
2.2.1. Para cada assunto descrito no item anterior deverão ser abordados os seguintes aspectos na execução dos trabalhos pela CONTRATADA:

- a) Responsabilidades e áreas de negócios afetadas.
- b) Processos internos e rotinas.
- c) Fluxo de informação para tomada de decisão e estrutura de reporte às instâncias cabíveis.
- d) Normativos internos, incluindo políticas operacionais e contábeis.
- e) Sistemas internos de informação, incluindo sistemas auxiliares, contábeis e tributários.
- f) Esquemas contábeis, incluindo plano de contas.
- g) Requisitos de divulgação das demonstrações financeiras.

2.3. Não será escopo desse Objeto:

- a) A revisão e a alteração das demonstrações financeiras individuais ou consolidadas das empresas integrantes do Sistema BNDES preparadas de acordo com as práticas


Deloitte.
Jurídico

22 


Maria Amélia P. P. Chambarelli
Coordenadora
Advogada
AARH/DELIC/GLIC2

contábeis adotadas no Brasil em observância às normas contábeis do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

b) A contratação e/ou implementação de ferramenta automatizada para atividades inerentes aos requerimentos da norma IFRS 9 (CPC 48), tais como modelo de negócios, teste de SPPI e motores de cálculo para perda esperada, cabendo somente discussões sobre os assuntos e definição de métodos que atendam àqueles requerimentos.

c) A construção, adequação e adaptação de sistemas de informação do Sistema BNDES pelo CONTRATADO, bem como o serviço de seleção de *software*, cabendo somente discussões sobre os assuntos e definição de métodos que atendam àqueles requerimentos.

3. ETAPAS DO TRABALHO

Considerando os assuntos e os aspectos descritos no item 2, a execução dos trabalhos e as respectivas entregas deverão ser desenvolvidas pela CONTRATADA com a participação direta do BNDES, dentro das melhores técnicas, com clareza e objetividade, contemplando três etapas: 1) Planejamento dos trabalhos; 2) Mapeamento da situação atual e proposição de adequação das sistemáticas e 3) Atividades de implementação da adequação das sistemáticas.

3.1. ETAPA 1 – PLANEJAMENTO DOS TRABALHOS

3.1.1. Deverá ser elaborado o planejamento inicial contendo o plano de trabalho em conformidade com as boas práticas de gerenciamento de projetos e de acordo com a realidade do Sistema BNDES.

3.1.1.1. O planejamento inicial a ser elaborado, conforme descrito no item anterior, consistirá, principalmente, do mapeamento da situação atual e proposição da adequação das sistemáticas (ETAPA 2).

3.1.2. Atividades previstas:

a) Reunião inicial de trabalho com o BNDES para o *Kick off meeting* com o propósito de apresentação da equipe da CONTRATADA e solicitação de documentação necessária para a preparação do planejamento de execução dos trabalhos;


Deloitte.
Jurídico




Maria Amélia P.P. Chambarelli
Coordenadora
Advogada
AARH/DELIC/GLIC2

a.1) A Reunião inicial será realizada em até **5 (cinco) dias úteis** da data da Reunião Preliminar, prevista no item 13, a qual ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis contados da assinatura do Contrato.

b) Planejamento de execução dos trabalhos: após a realização da reunião inicial, a CONTRATADA terá o prazo de até **5 (cinco) dias úteis** para apresentar, para fins de informação do BNDES, em reunião presencial, o planejamento dos trabalhos da ETAPA 2, composto de:

a)

b.1) Plano de trabalho, contendo no mínimo o seguinte:

1. Cronograma (observados os prazos definidos no item 5), detalhamento das atividades e prazos de execução.
2. Identificação das principais prioridades e sequência de encaminhamento para a condução dos trabalhos.
3. Definição dos papéis e responsabilidades, interlocutores e equipes específicas (CONTRATADA e BNDES) para execução de atividades, tais como: liderança, gerenciamento e informação sobre o andamento do projeto, participação em futuros comitês específicos durante o prazo de vigência do contrato e discussões com os auditores independentes também durante o prazo de vigência do contrato.
4. Auxílio na avaliação da necessidade de instituição de grupo(s) de trabalho multidisciplinar.
5. Realização de entrevistas com os principais departamentos atrelados para a compreensão da sistemática atual.
6. Auxílio no estabelecimento de um comitê diretivo e gerência do projeto para coordenar as atividades e conduzir reuniões periódicas de *status*, com auxílio e suporte do Contratado, onde aplicável.
7. Identificação e apresentação das tarefas a serem cumpridas pelo BNDES para que a CONTRATADA possa realizar o trabalho.

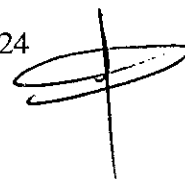
b.2) Metodologia de trabalho a ser utilizada pela CONTRATADA para a execução das atividades.


3.1.3. Produtos requeridos:

- a) P1 - Documento contendo o plano de trabalho e metodologia para a ETAPA 2.
- b) P2 - Reunião de apresentação do plano de trabalho, após a aprovação pelo BNDES do Produto P1.


Deloitte.
Jurídico

24




Maria Amélia P.R. Chambarelli
Coordenadora
Advogada
AARH/DELIC/GLIC2

3.2. ETAPA 2 – MAPEAMENTO DA SITUAÇÃO ATUAL E PROPOSIÇÃO DE ADEQUAÇÃO DAS SISTEMÁTICAS

3.2.1. Esta etapa consistirá do levantamento da situação atual das sistemáticas de classificação, mensuração e redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros do Sistema BNDES, seu contraste em relação aos requisitos exigidos pela norma IFRS 9 (CPC 48), identificação dos principais impactos, bem como elaboração de plano de implementação da adequação das sistemáticas para a ETAPA 3.

3.2.1.1. Todas as atividades descritas a seguir deverão permear os assuntos estipulados no item 2.1, abordando os aspectos das sistemáticas listados no item 2.2.

3.2.2. Atividades previstas:

- a) Identificar as principais diferenças de requisitos, no contexto do Sistema BNDES, da norma IFRS 9 (CPC 48) em relação às normas internacionais de contabilidade vigentes concernentes aos instrumentos financeiros, a saber: IAS 39 (CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração), IAS 32 (CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação) e IFRS 7 (CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação).
- b) Identificar as principais diferenças de requisitos, no contexto do Sistema BNDES, da norma IFRS 9 (CPC 48) em relação às normas contábeis do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.
- c) Avaliar a estrutura atual das sistemáticas do Sistema BNDES, principalmente com relação à (ao):
 - i. Identificação das necessidades de adequação das sistemáticas atuais.
 - ii. Levantamento e identificação dos pontos críticos de cada sistemática que será impactada no processo de adequação aos requisitos exigidos da norma IFRS 9 (CPC 48).
 - iii. Identificação dos impactos de adequação de cada sistemática.
 - iv. Identificação dos riscos dos aspectos de adequação das sistemáticas e ações corretivas e/ou preventivas.
- d) Elaborar proposição com as recomendações de adequação das sistemáticas do Sistema BNDES para cada assunto, principalmente com relação a:
 - i. Auxílio na análise e definição de requisitos técnicos e funcionais de sistemas internos de informação.
 - ii. Auxílio na análise e definição de modelagem para a construção de parâmetros da IFRS 9 (CPC 48).
 - iii. Auxílio na definição de processos e controles integrados para a aplicação do Teste de SPPI e avaliação dos modelos de negócios do Sistema BNDES.

- iv. Avaliação sobre os impactos de divulgação das Demonstrações Financeiras de instrumentos financeiros do Sistema BNDES.
- e) Responder a eventuais questionamentos técnicos relativos a norma IFRS 9 efetuados pela Alta Administração do BNDES e prover suporte conceitual ao BNDES no processo de análise técnica. Tais questionamentos não serão tratados como de emissão de opinião contábil, podendo, inclusive ser realizados em formato verbal ou em mensagens eletrônicas ou semelhantes, quando e se requeridas.
- f) Elaboração de plano de trabalho e metodologia para a ETAPA 3, os quais deverão conter: principais responsáveis e responsabilidades, etapas de trabalho, cronograma, reuniões de acompanhamento e recursos necessários.

3.2.3. Produtos requeridos:

- a) P3 - Documento contendo o mapeamento da situação das sistemáticas utilizadas pelas empresas do Sistema BNDES apresentando, no mínimo: Assunto, aspectos das sistemáticas, principais definições conceituais da Norma IFRS 9 (CPC 48) relativas ao assunto, detalhamento das diferenças identificadas entre a norma IFRS 9 (CPC 48), situação atual e, por fim, a proposição de adequação das sistemáticas.
- b) P4 - Documento contendo o Plano de trabalho e a metodologia para a ETAPA 3.
- c) P5 - Reunião de apresentação dos principais resultados e do plano de implementação, após a aprovação pelo BNDES dos itens "a" (P3) e "b" (P4).

3.3. ETAPA 3 – ATIVIDADES DE IMPLEMENTAÇÃO DA ADEQUAÇÃO DAS SISTEMÁTICAS


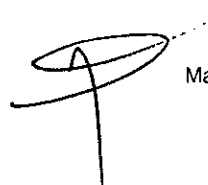
3.3.1. Esta etapa consistirá de assessoria para a implementação das ações apontadas na ETAPA 2, levando-se em conta itens como: auxílio nas definições dos requisitos funcionais, auxílio no processo de definição de regras contábeis, critérios de homologação por parte do BNDES, participação em discussões com o BNDES e auditores externos, além do fornecimento de subsídios necessários para análises e estudos quando das discussões envolvendo julgamentos e estimativas.

3.3.2. Atividades previstas:

- a) Identificar e apresentar as tarefas a serem cumpridas pelo BNDES para a necessária adequação das sistemáticas.



Deloitte.
Jurídico



Maria Amélia P. P. Chambarelli
Coordenadora
Advogada
AARH/DELIC/GLIC2

- b) Auxiliar no processo de gerenciamento do trabalho, a ser conduzido e liderado pelo BNDES, com o objetivo de facilitar a integração das áreas envolvidas no trabalho e gestão de prazos.
- c) Acompanhar, em conjunto com o BNDES, a execução dos trabalhos no sentido de zelar pela aderência à implementação dos requisitos definidos, diretivas e funcionalidades definidas para o trabalho.
- d) Auxiliar na definição de modelo de negócio junto aos respectivos responsáveis pela gestão dos produtos.
- e) Suportar o processo de construção da sistemática para o cálculo da redução ao valor recuperável considerando-se os parâmetros da norma IFRS 9 (CPC 48).
- f) Detectar problemas/desvios, sugerir soluções/correções de rumo e documentar durante toda a execução.
- g) Auxiliar as análises, as avaliações funcionais e as homologações dos componentes dos sistemas customizados e dos processos pertinentes aos requisitos definidos.
- h) Participar de reuniões durante esta etapa de trabalho com o BNDES, auditores externos e demais partes interessadas, assessorando em aspectos técnicos sobre os requisitos da IFRS 9 (CPC 48).
- i) Auxiliar na definição de premissas e critérios corporativos exigidos pelos requisitos da norma IFRS 9 (CPC 48) referentes aos assuntos indicados no item 2.
- j) Auxiliar nas discussões com as áreas operacionais e tecnológica, entre outros, para a identificação e compreensão dos assuntos significativos para a adequação das sistemáticas aos requisitos da IFRS 9 (CPC 48).
- k) Auxiliar nas discussões (funcionais e técnicas) quanto aos requerimentos sistêmicos para a construção e implementação de bases de dados para modelagens de parâmetros exigidos pela norma IFRS 9 (CPC 48).
- l) Auxiliar nas definições dos requisitos funcionais para a customização dos sistemas contábeis e demais sistemas impactados de forma a atender a norma IFRS 9. As definições estão relacionadas, mas não restritas, a: roteiros contábeis, estrutura dos planos de contas e estrutura das demonstrações financeiras e demais sistemas impactados.
- m) Auxiliar a validação dos reflexos contábeis durante o processo de construção das sistemáticas e testes.
- n) Auxiliar na definição do formato das divulgações em Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras decorrentes da nova norma.
- o) Auxiliar na identificação de fluxo de geração das informações para elaboração das demonstrações financeiras.

3.3.3. Produtos requeridos:



Deloitte.
Jurídico

27



Maria Amélia P.P. Chambarelli
Coordenadora
Advogada
AARH/DELIC/GLIC2

- a) P6 – Documento contendo nota técnica relacionando as sistemáticas desenvolvidas, para a BNDESPAR e Consolidado do BNDES, para cada assunto descrito no item 2.1, abordando os aspectos descritos no item 2.2, incluindo sumário executivo do documento, resultados obtidos e conclusão dos trabalhos.
- b) P7 - Documento contendo as sugestões de estrutura das demonstrações financeiras, notas explicativas e planos de contas em atendimento aos requisitos da norma IFRS 9 (CPC 48) no âmbito das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Sistema BNDES e da BNDESPAR.
- c) P8 - Documento contendo orientação para a BNDESPAR e para o Consolidado do BNDES sobre como conduzir o monitoramento e controle dos aspectos das sistemáticas, como efetuar análise crítica e definir ações preventivas e corretivas, bem como a formalização de modelos de negócios, testes de SPPI e das premissas utilizadas na construção do modelo de cálculo da perda por redução ao valor recuperável.
- d) P9 – Reunião de apresentação dos procedimentos executados e resultados da implementação da adequação das sistemáticas para BNDESPAR e para o Consolidado do BNDES.

3.4. O gerenciamento do projeto ficará a cargo do BNDES, não cabendo à CONTRATADA tal atividade.


4. PREMISSAS E CONDIÇÕES PARA A EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

4.1. Para a prestação de serviços objeto desta licitação, deverão ser observadas pela CONTRATADA as seguintes premissas básicas:

- a) A definição de natureza e escopo de instrumentos financeiros seguirá ao contido na norma IFRS 9 (CPC 48).
- b) A CONTRATADA contará, para a execução dos trabalhos, com o apoio direto do BNDES, que envolverá, quando necessário, funcionários das diversas áreas, para atendimento aos consultores e validação das informações levantadas.
- c) Os trabalhos deverão ser desenvolvidos de forma coordenada e integrada com o BNDES, objetivando o repasse de conhecimento e consenso das soluções.
- d) O planejamento do trabalho deverá priorizar as atividades conforme os impactos identificados no mapeamento da situação atual, de forma a atingir o maior grau de benefícios *vis-à-vis* tempo de execução, o que significa que a ordem dos assuntos e aspectos das sistemáticas descritos no item 2 deste Termo de Referência não deve ser tomada como roteiro para execução dos trabalhos.


Deloitte.
Jurídico




Maria Amélia P.P. Chambarelli
Coordenadora
Advogada
AARH/DELIC/GLIC2

- e) Independentemente da reunião prevista para a conclusão de cada etapa, a CONTRATADA deverá promover quantas reuniões forem necessárias para a adequada execução dos trabalhos, devendo comunicar com antecedência à equipe do BNDES, para que possa tomar as providências necessárias.
- f) A CONTRATADA deverá executar os serviços e apresentar os resultados ao BNDES, prestando os necessários esclarecimentos e informações, objetivando a necessária compreensão e entendimento do BNDES quanto ao trabalho realizado.
- g) A documentação produzida pela CONTRATADA deverá ser conclusiva e conter todos os subsídios necessários para que o BNDES atualize e mantenha suas sistemáticas de classificação, mensuração e redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros, assim como sirva de base para responder a qualquer questionamento de auditoria ou órgãos reguladores sobre os requisitos da norma IFRS 9 (CPC 48).
- h) Na execução dos trabalhos deve ser observada a inter-relação entre os assuntos e aspectos das sistemáticas descritos no item 2.
- i) A adequação das sistemáticas aos requisitos da norma IFRS 9 (CPC 48) deve considerar as particularidades do Sistema BNDES, além de características de processos/produtos com suas complexidades e o alinhamento com a própria estratégia definida pela Alta Administração.
- j) As soluções apresentadas deverão considerar a necessidade de manutenção das sistemáticas atuais de classificação, mensuração e redução ao valor recuperável para fins de cumprimento das normas emitidas pelo Bacen.
- k) A CONTRATADA deverá observar qualquer atualização na norma IFRS 9 (CPC 48) que eventualmente ocorra durante o período de execução dos trabalhos e adequar as entregas, conforme essas possíveis alterações, sem que isso gere alterações no contrato.
- l) A CONTRATADA terá acesso tempestivo a toda informação relacionada ao escopo do projeto (políticas, manuais de procedimentos, descritivos de produtos e etc.).
- m) As solicitações de informações e documentação pela CONTRATADA deverão ser efetuadas com antecedência mínima à equipe do BNDES, para as providências internas, que deverá atendê-las dentro de prazo acordado, sem prejuízo do cronograma dos trabalhos.
- n) Deverá ser considerado pela CONTRATADA que, quando da entrega de cada produto, o BNDES poderá solicitar apresentações verbais e ilustradas pela síntese dos principais tópicos, em arquivo eletrônico, para o esclarecimento sobre cada trabalho realizado.

5. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A tabela abaixo define o cronograma de execução dos serviços, indicando os produtos deste Termo de Referência e respectivos prazos de execução a serem observados.

ETAPA	Código	Descrição do Produto	Prazo de execução	Início da execução
01	P1	Documento contendo o plano de trabalho e a metodologia para a ETAPA 2	em até 5 (cinco) dias úteis	a contar da REUNIÃO INICIAL DE TRABALHO (item 3.1.2a)
	P2	Reunião de apresentação ao BNDES do plano de trabalho		
02	P3	Documento contendo o mapeamento da situação das sistemáticas e proposição de adequação das sistemáticas	em até 6 (seis) semanas	a contar da REUNIÃO INICIAL DE TRABALHO (item 3.1.2a)
	P4	Documento contendo o plano de trabalho e a metodologia para a ETAPA 3		
	P5	Reunião de apresentação ao BNDES dos principais resultados e do plano de implementação da ETAPA 3		
03	P6a	Documento contendo Nota Técnica relacionando as sistemáticas desenvolvidas para cada assunto e aspecto, incluindo sumário executivo, resultados obtidos e conclusão dos trabalhos	BNDESPAR – em até 120 (cento e vinte) dias corridos	a contar da REUNIÃO INICIAL DE TRABALHO (item 3.1.2a)
	P7a	Documento contendo as sugestões de estrutura das demonstrações financeiras, notas explicativas e planos de contas em atendimento aos requisitos da norma IFRS 9		
	P8a	Documento contendo orientação de como conduzir o monitoramento e controle dos aspectos das sistemáticas, como efetuar análise crítica e definir ações preventivas e corretivas		
	P9a	Reunião de apresentação dos procedimentos executados e resultados da implementação da adequação das sistemáticas		
	P6b	Documento contendo Nota Técnica relacionando as sistemáticas desenvolvidas para cada assunto e aspecto, incluindo sumário executivo, resultados obtidos e conclusão dos trabalhos	CONSOLIDADO – em até 480 (quatrocentos e oitenta) dias corridos	
	P7b	Documento contendo as sugestões de estrutura das demonstrações financeiras, notas explicativas e planos de contas em atendimento aos requisitos da norma IFRS 9		

Deloitte.
Jurídico

30



a
Maria Amélia P. P. Chambarelli
Coordenadora
Advogada
AARH/DELIC/GLIC2

	P8b	Documento contendo orientação de como conduzir o monitoramento e controle dos aspectos das sistemáticas, como efetuar análise crítica e definir ações preventivas e corretivas		
	P9b	Reunião de apresentação dos procedimentos executados e resultados da implementação da adequação das sistemáticas		

5.2. Os prazos definidos acima são aqueles que a CONTRATADA deverá observar para a entrega da minuta dos produtos solicitados para a devida avaliação pelo BNDES. A forma de recebimento do Objeto está descrita mais detalhadamente no item 8 deste Termo de Referência.

5.3. A CONTRATADA, durante o prazo de vigência contratual, deverá realizar atualizações nos documentos entregues em caso de sugestões de alteração levantadas durante os trabalhos de Auditoria das Demonstrações Financeiras da BNDESPAR e/ou do Consolidado do BNDES realizados pelos Auditores Independentes.

6. LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Todos os contatos presenciais com o BNDES, incluindo apresentações, entrevistas, reuniões de esclarecimento de dúvidas e especificação de informações necessárias para a realização dos trabalhos, serão realizados no Edifício de Serviços do BNDES - EDSERJ, situado à Avenida República do Chile, nº 100, na cidade do Rio de Janeiro-RJ, no horário preferencial das 10h às 18h, em dias úteis, de segunda a sexta-feira.

6.2. As demais atividades, estudos, relatórios, pareceres, entre outros trabalhos, a serem executados pela CONTRATADA deverão ser realizados nas suas instalações e dependências ou em outro local por ela definido, sob sua responsabilidade e com recursos próprios.


6.3. Não obstante a possibilidade da execução do serviço descrito no item anterior se dar nas dependências da CONTRATADA, esta deverá, sempre que solicitado pelo BNDES, ao comparecimento em suas dependências para a realização de entrevistas, apresentações e reuniões, além daquelas especificadas, que se façam necessárias ao longo da execução contratual.

7. EQUIPE MÍNIMA DA CONTRATADA



Deloitte.
Jurídico

31



Maria Amélia P.P. Chambarelli
Coordenadora
Advogada
AARH/DELIC/GLIC2

7.1. A Equipe mínima a ser utilizada pela CONTRATADA, quando da execução do objeto licitado, deverá ter o seguinte perfil, o qual deverá ser comprovado mediante apresentação dos documentos mencionados abaixo:

Profissional	Quantitativo	Perfil	Documentos comprobatórios
Responsável técnico	Um	a) Nível superior completo em Ciências Contábeis	Certificado de conclusão de graduação em Ciências Contábeis ou cópia da Carteira de identificação profissional emitida por Conselho Regional de Contabilidade
		b) Experiência mínima de 10 (dez) anos em consultoria e/ou auditoria	Cópia do contrato de prestação de serviços, cópia da carteira de trabalho e previdência social (CTPS) ou cópia do ato constitutivo da sociedade que indique que o profissional figure como sócio da mesma
		c) Experiência em consultoria e/ou auditoria no padrão IFRS em Instituição Financeira bancária nacional	No mínimo 1 (um) Atestado relativo a exercícios sociais findos a partir de 31/12/2008
Gerente ou categoria similar	Um	a) Nível superior completo	Certificado de conclusão de graduação
		b) Experiência mínima de 6 (seis) anos em consultoria e/ou auditoria	Cópia do contrato de prestação de serviços, cópia da carteira de trabalho e previdência social (CTPS)
		c) Experiência em consultoria e/ou auditoria no padrão IFRS em Instituição Financeira bancária nacional	No mínimo 1 (um) Atestado relativo a exercícios sociais findos a partir de 31/12/2008
Consultor em contabilidade	Um	a) Nível superior completo em Ciências Contábeis	Certificado de conclusão de graduação em Ciências Contábeis ou cópia da Carteira de identificação profissional emitida por Conselho Regional de Contabilidade
		b) Experiência mínima de 4 (quatro) anos em consultoria e/ou auditoria	Cópia do contrato de prestação de serviços, cópia da carteira de trabalho e previdência social (CTPS)
Consultor em gestão de riscos	Um	a) Nível superior completo	Certificado de conclusão de graduação
		b) Experiência em consultoria de gestão de riscos em Instituição Financeira bancária nacional	No mínimo 1 (um) Atestado relativo a exercícios sociais findos a partir de 31/12/2008

7.1.1. Os profissionais da equipe mínima observarão as seguintes atribuições:

- a) Responsável técnico – Responsável pelo(a): contato entre o BNDES e a CONTRATADA no âmbito de todos os serviços; gerenciamento do CONTRATO; interlocução entre o BNDES e a CONTRATADA; definição estratégica em todas as etapas dos serviços; resolução de eventuais problemas e divergências de modo que o Contrato seja executado adequadamente ao longo de toda a sua vigência; informações contidas em cada produto, devendo assinar todos os documentos produzidos.
- b) Gerente ou categoria similar - Responsável pela equipe técnica, assim como pela supervisão da aplicação das metodologias, execução dos procedimentos, geração dos resultados e preparação dos produtos e por controlar o cumprimento dos prazos contratuais.
- c) Consultor em contabilidade - Responsável pela assessoria dos assuntos relacionados a contabilidade.
- d) Consultor em gestão de riscos - Responsável pela assessoria dos assuntos relacionados a riscos e por garantir a adequação das metodologias de riscos. Deverá acompanhar todas as discussões relativas a riscos.

7.2. Além da Equipe Mínima prevista no item 7.1 deste Termo de Referência, eventualmente pode haver necessidade de alocação de outros profissionais ao longo da vigência do contrato. Neste caso, a CONTRATADA deverá disponibilizar quantitativo necessário de profissionais devidamente qualificados para a adequada conclusão de todos os trabalhos, de preferência com perfil multidisciplinar com conhecimentos em contabilidade, riscos, tecnologia e governança.

7.3. A CONTRATADA deverá apresentar, na Reunião Preliminar, a relação dos profissionais que comporão a Equipe Mínima, juntamente com os documentos comprobatórios da qualificação mínima exigida.


7.4. A CONTRATADA deverá comprovar ainda, em até 5 (cinco dias) úteis após a Reunião Preliminar, o vínculo jurídico dos profissionais designados para a prestação dos serviços, o que se dará mediante a apresentação de cópia do contrato de prestação de serviços, cópia da carteira de trabalho e previdência social (CTPS) ou cópia do ato constitutivo da CONTRATADA que indique que o profissional figure como sócio da mesma, conforme o caso.

8. RECEBIMENTO DO OBJETO E CRONOGRAMA DE FATURAMENTO



Deloitte.
Jurídico

33



Maria Amélia P. Chambarelli
Coordenadora
Advogada
AARH/DELIC/GLIC2

8.1. O BNDES efetuará o recebimento do objeto, através do Gestor do Contrato, observadas as condições e os procedimentos a seguir:

8.1.1 O objeto será recebido provisoriamente, quando da respectiva execução, mediante Termo de Recebimento Provisório, para posterior verificação de sua conformidade com as especificações, condições e obrigações previstas neste Termo de Referência, no Contrato e em seus demais Anexos. Verificada a necessidade de ajustes, correções e/ou substituições, o seguinte procedimento será adotado:

I. o Contratado será convocado a efetuá-los, às suas expensas, em até 3 (três) dias úteis a contar da convocação. A concessão de prazo para ajustes, correções e/ou substituições não impede a instauração de procedimento punitivo para aplicação de penalidade;

II. realizados os ajustes e/ou as substituições solicitadas pelo **BNDES**, será emitido novo Termo de Recebimento Provisório, sendo realizada, em seguida, nova avaliação de conformidade pelo **BNDES**; e

III. não realizados os ajustes e/ou as substituições solicitadas, o objeto será rejeitado, total ou parcialmente, podendo o Contrato ser rescindido pelo **BNDES**, sem prejuízo da instauração de procedimento punitivo para a aplicação de penalidade.

8.1.2 Verificado o atendimento das especificações, condições e obrigações previstas neste Termo de Referência, no Contrato e seus demais Anexos, o **BNDES** receberá definitivamente o objeto, em até 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento provisório, através da emissão de Termo de Recebimento Definitivo, sendo observado que o recebimento definitivo do objeto:

I. constitui condição indispensável para o pagamento do valor ajustado;

II. não exclui a responsabilidade do Contratado por vícios revelados posteriormente, nem pela garantia dos produtos entregues e/ou dos serviços realizados.

8.1.3. Os produtos deverão ser entregues no formato impresso e/ou digital (preferencialmente em formato magnético Portable Document Format – PDF), enviado por correio eletrônico e gravado em CD, a critério do BNDES, nos prazos estabelecidos no item 5 deste Termo de Referência.

8.1.3.1. No caso de utilização de software de gerenciamento de projetos ou qualquer outro, a CONTRATADA deverá disponibilizar arquivos compatíveis com Word, Excel e/ou Power Point.

8.2. O faturamento dos serviços ocorrerá somente mediante a entrega definitiva de cada produto, conforme disposto no item 8.1.2.

9. NÍVEIS DE SERVIÇO (NS)

9.1. O prazo para entrega dos produtos disposto no item 5 deste Termo de Referência será considerado como nível de serviço para fins de ajustes de pagamento.

9.2. Os prazos previstos deverão ser fielmente cumpridos pela CONTRATADA, sob pena de aplicação de ajustes no pagamento devido, conforme tabela a seguir:

Critério para Ajuste	Dias de Atraso na entrega	Ajuste no Pagamento
De todos os Produtos, por motivos alheios ao BNDES, desatendendo aos prazos estabelecidos no Cronograma previsto no item 5.	Do primeiro ao décimo dia útil de atraso do prazo inicial de entrega do Produto.	Redução de 1% (um por cento) por dia de atraso calculado sobre o valor do produto em atraso, a ser descontado do pagamento da fatura referente a cada Produto.
Dos ajustes dos Produtos, por motivos alheios ao BNDES, sem motivo justificado, desatendendo aos prazos estabelecidos no item 8.	Do primeiro ao décimo dia útil de atraso do prazo de ajuste e total concedido por Produto.	Redução de 2% (dois por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor do produto em atraso, a ser descontado do pagamento da fatura referente a cada Produto.

9.3. O pagamento de cada fatura somente será realizado após a verificação de conformidade do objeto, através da emissão de Termo de Recebimento Definitivo, conforme previsto no item 8.1.3 deste Termo de Referência.

9.4. A aplicação dos ajustes de pagamento não impede a aplicação das penalidades previstas no item 16 deste Termo de Referência.


10. PAGAMENTO

10.1. O BNDES efetuará os pagamentos referentes ao objeto do Contrato, por meio de crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis a contar da data de apresentação do documento fiscal desde que tenha sido efetuado ateste pelo Gestor do Contrato das obrigações contratuais assumidas pela CONTRATADA.



Deloitte.
Jurídico

35



Maria Amélia P. P. Chambarelli
Coordenadora
Advogada
AARH/DELIC/GLIC2

10.2. O BNDES poderá deduzir da fatura a ser paga os valores correspondentes aos descontos e pagamento de penalidades eventualmente devidas pela CONTRATADA, nos termos, respectivamente, dos itens 9 e 16 deste Termo de Referência, bem como dos impostos incidentes cuja responsabilidade pelo recolhimento seja do BNDES.

11. VALOR ESTIMADO

11.1. O valor global estimado e máximo para o contrato é de até R\$ 9.106.425,64 (nove milhões, cento e seis mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e sessenta e quatro centavos), apurado conforme pesquisa de preço realizada no mercado.

11.2. Os valores unitários a seguir são referenciais:

ETAPA	Código	Descrição do Produto		Valor unitário R\$	Quantidade	Valor Total R\$
1	P1	Documento contendo o plano de trabalho e a metodologia para a ETAPA 02	SISTEMA BNDES	320.207,05	1	320.207,05
	P2	Reunião de apresentação ao BNDES do plano de trabalho		91.330,90	1	91.330,90
2	P3	Documento contendo o mapeamento da situação das sistemáticas e proposição de adequação das sistemáticas	SISTEMA BNDES	1.484.225,89	1	1.484.225,89
	P4	Documento contendo o plano de trabalho e a metodologia para a ETAPA 03		328.651,70	1	328.651,70
	P5	Reunião de apresentação ao BNDES dos principais resultados e do plano de implementação da ETAPA 3		78.771,42	1	78.771,42
3a	P6a	Documento contendo Nota Técnica relacionando as sistemáticas desenvolvidas para cada assunto e aspecto, incluindo sumário executivo, resultados obtidos e conclusão dos trabalhos	BNDESPAR	673.864,18	1	673.864,18
	P7a	Documento contendo as sugestões de estrutura das demonstrações financeiras, notas explicativas e planos de contas em atendimento aos requisitos da norma IFRS 9		424.598,40	1	424.598,40
	P8a	Documento contendo orientação de como conduzir o monitoramento e controle dos aspectos das sistemáticas, como efetuar análise crítica e definir ações preventivas e corretivas		1.087.308,58	1	1.087.308,58
	P9a	Reunião de apresentação dos procedimentos executados e resultados da implementação da adequação das sistemáticas		66.172,29	1	66.172,29
3b	P6b	Documento contendo Nota Técnica relacionando as sistemáticas desenvolvidas para cada assunto e aspecto, incluindo sumário executivo, resultados obtidos e conclusão dos trabalhos	CONSOLIDADO	2.354.834,80	1	2.354.834,80
	P7b	Documento contendo as sugestões de estrutura das demonstrações financeiras, notas explicativas e planos de contas em atendimento aos requisitos da norma IFRS 9		716.650,78	1	716.650,78
	P8b	Documento contendo orientação de como conduzir o monitoramento e controle dos aspectos das sistemáticas, como efetuar análise crítica e definir ações preventivas e corretivas		1.381.290,71	1	1.381.290,71
	P9b	Reunião de apresentação dos procedimentos executados e resultados da implementação da adequação das sistemáticas		98.518,94	1	98.518,94
VALOR GLOBAL DOS SERVIÇOS				9.106.425,64		9.106.425,64

11.3. O valor global estimado inclui todas as despesas e custos, diretos e indiretos (tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições, transporte, seguro e insumos), necessários ao cumprimento integral do objeto licitado.

12. EXIGÊNCIAS PARA O EDITAL

Deloitte.
Jurídico

37

Maria Amélia P. Chambarelli
Coordenadora
Advogada
AARRH/DELIC/GLIC2

12.1. DOCUMENTAÇÃO DE PROPOSTA

12.1.1. Para fins de aceitação da proposta, a **LICITANTE** deverá apresentar Proposta de Preços, observando o modelo da planilha de preços constante no **ANEXO II ao EDITAL – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**.

12.2. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

12.2.1. Para fins de habilitação, no que tange à qualificação técnica, as Licitantes devem apresentar:

- a) Certidão de registro ou inscrição da Licitante no Conselho Regional de Contabilidade – CRC.
- b) Atestado(s) de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que:

b.1) a Licitante executou ou está executando serviços que tenham por escopo diagnóstico e/ou implementação dos requisitos da norma IFRS 9 (CPC 48) em instituição financeira bancária autorizada a funcionar no Brasil; e

b.2) a Licitante executou serviço que tenha por escopo o diagnóstico e a implementação dos padrões contábeis internacionais - IFRS emitido *pelo International Accounting Standard Board – IASB*, em instituição financeira bancária autorizada a funcionar no Brasil com ativos totais, na data-base da sua primeira divulgação das Demonstrações Financeiras em conformidade com o padrão IFRS, em valor igual ou superior a R\$ 76,5 bi (setenta e seis bilhões e quinhentos milhões de reais), contemplando os seguintes serviços:

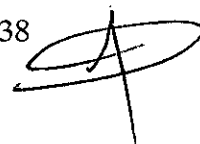
b.2.1) Avaliação dos requisitos e proposição de recomendações para atendimento às normas contábeis emitidas pelo *International Financial Reporting Standards – IFRS* no que tange à classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros, comparando-os com as normas locais e identificando as principais diferenças; e

b.2.2) Suporte e acompanhamento na elaboração das primeiras demonstrações contábeis nos padrões contábeis internacionais - IFRS.

12.2.1.1. Para fins de comprovação da capacidade técnica exigida no subitem 12.2.1, alínea “b”, serão admitidos também atestados de capacidade técnica emitidos em nome de sociedades que componham com a Licitante “firma em rede”, nos termos dos itens 17 a 20 e item 23 do ANEXO da Resolução CFC 1.311/2010 os quais determinam que:


Deloitte.
Jurídico

38



Maria Amélia P.P. Chambarelli
Coordenadora
Advogada
AARH/DELIC/GLIC2

“17. Quando o objetivo da estrutura maior é a cooperação e as entidades da estrutura têm os mesmos sócios, controle ou administração em comum, ela é considerada uma rede. Isso pode ser estabelecido por contrato ou outros meios.

18. Quando o objetivo da estrutura maior é a cooperação e as entidades da estrutura têm políticas e procedimentos de controle de qualidade em comum, ela é considerada uma rede. Com essa finalidade, políticas e procedimentos de controle de qualidade são aqueles planejados, implementados e monitorados em toda a estrutura maior.

19. Quando o objetivo da estrutura maior é a cooperação e as entidades da estrutura têm uma estratégia de negócios comum, ela é considerada uma rede. Compartilhar uma estratégia de negócios comum envolve um acordo pelas entidades de atingir objetivos estratégicos comuns. Uma entidade não é considerada uma firma em rede simplesmente porque coopera com outra entidade somente para responder conjuntamente a uma solicitação de proposta de prestação de serviço profissional.

20. Quando o objetivo da estrutura maior é a cooperação e as entidades da estrutura compartilham o uso de marca comum, ela é considerada uma rede. Uma marca em comum inclui iniciais em comum ou um nome em comum. Considera-se que uma firma está usando uma marca em comum se ela incluir, por exemplo, a marca em comum como parte do nome da sua firma, ou junto dele, quando um sócio da firma assina um relatório de auditoria.

23. Quando o objetivo da estrutura maior é a cooperação e as entidades da estrutura compartilham parte significativa dos recursos profissionais, ela é considerada uma rede. Recursos profissionais incluem:

- sistemas comuns que permitem a troca de informações entre as firmas, como dados de clientes, faturamento e registros de tempo;*
- sócios e pessoal;*
- departamentos técnicos que prestam consultoria sobre assuntos técnicos ou assuntos específicos do setor, transações ou eventos para trabalhos de asseguuração;*
- metodologia de auditoria ou manuais de auditoria;*
- cursos e instalações para treinamento.”*

12.2.1.2. Para fins de comprovação da capacidade técnica exigida no subitem 12.2.1, alínea “b.2”, não será admitido o somatório de atestados para comprovação dos ativos totais.

12.3. GARANTIA CONTRATUAL

12.3.1. A CONTRATADA deverá prestar garantia contratual no montante de 3% (três por cento) sobre o valor Global do contrato, na modalidade que vier a escolher, dentre as previstas no §1º do art. 70, da Lei nº 13.303/2016, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do CONTRATO, prorrogáveis por igual período a critério do BNDES.

12.3.2. A garantia somente será liberada após o cumprimento integral das obrigações da CONTRATADA e desde que não haja pendências para com o BNDES.

13. REUNIÃO PRELIMINAR

13.1. Em até 5 (cinco) dias úteis a contar da assinatura do CONTRATO, será realizada, nas dependências do BNDES, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, a REUNIÃO PRELIMINAR, a qual será previamente comunicada ao Contratado. Nesta reunião:

- a) O BNDES esclarecerá à CONTRATADA todas as dúvidas relativas à execução do objeto, disponibilizando eventuais documentos necessários ao início dos trabalhos.
- b) A CONTRATADA apresentará a relação dos profissionais que comporão a Equipe Mínima, juntamente com os documentos comprobatórios da qualificação mínima exigida.
- c) A CONTRATADA apresentará os termos de confidencialidade assinados pelos profissionais designados para a prestação de serviços, observado o modelo constante do **ANEXO VI ao EDITAL – MINUTAS DE TERMOS DE CONFIDENCIALIDADE** à IP, assinados por todos de sua Equipe.

14. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO BNDES


14.1. Além de outras obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, no CONTRATO ou na legislação vigente, ou que entrarem em vigor, constituem obrigações do BNDES:

- a) Prestar à equipe da CONTRATADA todas as informações e documentos relacionados com a prestação dos serviços objeto do contrato, tais como manuais, normas de serviço, rotinas, instruções internas e correlatas, cópia de contratos, análises e conciliações contábeis, dentre outros.
- b) Comunicar quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados ao contrato.


Deloitte.
Jurídico

40




Maria Amélia P. P. Chambarelli
Coordenadora
Advogada
AARH/DELIC/GLIC2

- c) Indicar, através da unidade demandante, o Gestor do contrato.

15. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DA CONTRATADA

15.1. Além de outras obrigações estipuladas neste Termo de Referência, no Contrato ou na legislação vigente, particularmente na Lei nº 13.303/2016, ou que entrarem em vigor, constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Conduzir os trabalhos em estrita consonância com o disposto neste Termo de Referência e na norma IFRS 9 (CPC 48).
- b) Observar sigilo com relação a qualquer documento do BNDES, inclusive perante quaisquer meios de comunicação privados, quanto às informações prestadas pelo BNDES para subsidiar a prestação de serviços objeto do Contrato. A formalização deste compromisso se dará através da assinatura, por parte do representante legal da CONTRATADA, do Termo de Confidencialidade (Modelo A), constante do **ANEXO VI ao EDITAL – MINUTAS DE TERMOS DE CONFIDENCIALIDADE**, que será anexado ao Contrato, bem como através da assinatura por todos os integrantes da equipe mínima do Termo de Confidencialidade (Modelo B), constante do **ANEXO VI ao EDITAL – MINUTAS DE TERMOS DE CONFIDENCIALIDADE**, devendo os mesmos ser apresentados ao BNDES na reunião preliminar.
- c) Durante toda a vigência contratual disponibilizar seus consultores ao BNDES para avaliação conjunta de quaisquer assuntos vinculados aos serviços contratados;
- d) Apresentar na Reunião Preliminar a relação dos profissionais que comporão a Equipe Mínima, juntamente com os documentos comprobatórios da qualificação mínima exigida.
- e) Apresentar em até 5 (cinco) dias úteis após a Reunião Preliminar a comprovação do vínculo jurídico dos profissionais designados na Reunião Preliminar para a prestação dos serviços objeto do Contrato conforme disposto no item 7 deste Termo de Referência.

16. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DA CONTRATADA

- a) A Contratada deverá cumprir todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos profissionais designados para a prestação de serviço, observando, especialmente, as seguintes obrigações:

a.1) pagar os salários e demais verbas passadas diretamente ao trabalhador, por depósito na conta bancária do empregado aberta pela Contratada para esse fim, em estabelecimento de crédito próximo ao local

de trabalho, no prazo estabelecido pelo Gestor do Contrato;

a.2) observar as obrigações previstas na convenção, acordo coletivo, acórdão normativo ou na legislação incidente aplicável à categoria profissional do empregado, inclusive no que diz respeito a pisos salariais;

a.3) cumprir as obrigações trabalhistas de acordo com os valores e especificações indicados na planilha de custos e formação de preços contida na Proposta, sempre respeitados os mínimos previstos na norma coletiva aplicável;

a.4) atender a legislação relativa à segurança e à medicina do trabalho, e em particular as Normas Regulamentadoras (NR) expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego; e

a.5) pagar antecipadamente, em parcela única mensal, os insumos referentes a vale-transporte e auxílio-alimentação.

b) Devem ser mantidos e atualizados pela Contratada, bem como exibidos por meio de cópias, sempre que solicitadas pelo BNDES, os registros, anotações e documentos que comprovem o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, tais como:

b.1) o contrato de trabalho, o regulamento interno da empresa, se houver, o acordo ou a convenção coletiva de trabalho, ou ainda, o acórdão normativo, se for o caso, relativos à categoria profissional do empregado;

b.2) o registro do empregado e Carteira de Trabalho e Previdência Social;

b.3) o Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), comprovando a realização das avaliações médicas (admissional, periódica, demissional e, se for o caso, de retorno ao trabalho e de mudança de função) e exames complementares determinados pelo médico do trabalho;

b.4) documento comprobatório do cadastramento do trabalhador no regime do PIS/PASEP;

b.5) documento comprobatório do pagamento das contribuições previdenciárias dos empregados e do empregador;

b.6) cartão, ficha ou livro de ponto assinado pelo empregado, ou documento comprobatório do registro eletrônico de ponto, nos quais constem as horas trabalhadas normais e extraordinárias, se for o caso;

b.7) recibo de concessão de aviso de férias, a ser dado 30 (trinta) dias antes do respectivo gozo;

b.8) documento comprobatório de depósito bancário na conta do

trabalhador referente ao pagamento dos salários mensais e adicionais aplicáveis, férias acrescidas do terço constitucional e décimo terceiro salário (primeira e segunda parcelas);

b.9) documento comprobatório de pagamento do salário-família, caso devido, por depósito bancário na conta do trabalhador;

b.10) documento comprobatório de opção e fornecimento de vale-transporte, quando for o caso;

b.11) documento comprobatório de fornecimento de auxílio-alimentação;

b.12) documento comprobatório de recolhimento das contribuições devidas aos sindicatos;

b.13) documento comprobatório de entrega e do conteúdo da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS);

b.14) documento que ateste o recebimento de equipamentos de proteção individual ou coletiva, se o serviço assim o exigir;

b.15) documento comprobatório do recolhimento dos valores devidos ao FGTS nas respectivas contas vinculadas do empregado;

b.16) documento comprobatório da entrega e do conteúdo do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED); e

c) em caso de demissão ou rescisão de contrato de trabalho, os seguintes documentos:

c.1) termos que cuidem da demissão ou rescisão do contrato, sua respectiva homologação e quitação de verbas rescisórias, na forma da legislação;

c.2) documento comprobatório da concessão de aviso prévio pelo empregador ou pelo empregado;

c.3) documento comprobatório da entrega dos documentos necessários à obtenção de seguro-desemprego pelo empregado, nas hipóteses em que o mesmo faça jus ao benefício;

c.4) guia de recolhimento do FGTS e das contribuições sociais devidas; e

c.5) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), comprovando a realização do exame médico demissional.

d) Fica estabelecido que a Contratada é considerada, para todos os fins e efeitos jurídicos, como único e exclusivo empregador dos profissionais alocados na prestação de serviço, sendo o responsável pelo cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, cabendo-lhe reembolsar o BNDES ou suas

subsidiárias de todas as despesas que estes tiverem, inclusive custas, emolumentos e honorários advocatícios, resultantes de sua condenação judicial a honrar obrigações trabalhistas ou previdenciárias, ou ainda a pagar indenizações decorrentes das relações de trabalho.

17. PENALIDADES

17.1. Em caso de inexecução total ou parcial do Contrato, inclusive de descumprimento de exigência expressamente formulada pelo **BNDES** ou de inobservância de qualquer obrigação legal, bem como em caso de mora, sem motivo justificado, a **CONTRATADA** ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das previstas na Lei nº 10.520/2002:

- a) Advertência.
- b) Na hipótese do Contratado deixar de garantir os níveis mínimos de serviço (conforme definição do item 9 deste Termo de Referência, o Contratado ficará sujeito à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento), apurada de acordo com a gravidade da infração, incidente sobre o valor global do Contrato.
- c) Multa de até 10% (dez por cento), apurada de acordo com a gravidade da infração, incidente sobre o valor total do Contrato, em razão do descumprimento de outras obrigações contratuais não abrangidas pelo item acima.
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o BNDES, por prazo não superior a 2 (dois) anos, apurado de acordo com a gravidade da infração.

18. VIGÊNCIA CONTRATUAL E REAJUSTE

18.1. O contrato firmado terá a duração de até 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de sua assinatura.

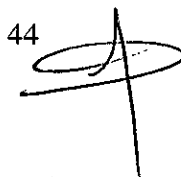
18.2. O Contrato poderá ser reajustado anualmente, como forma de compensação dos efeitos das variações dos custos, decorridos 12 (doze) meses a contar da data da apresentação da proposta.


18.3. O reajuste do preço decorrerá da aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo, na forma prevista no Contrato.

19. PROPRIEDADE INTELECTUAL


Deloitte.
Jurídico

44




Maria Amélia P. P. Chambarelli
Coordenadora
Advogada
AARH/DELIC/GLIC2

19.1. A CONTRATADA, na forma do artigo 49 da Lei nº 9.610/1998 e do artigo 80 da Lei nº 13.303/2016, cede ao BNDES a totalidade dos direitos autorais patrimoniais dos produtos resultantes da prestação dos serviços objeto do Contrato, sem qualquer remuneração adicional, de forma exclusiva, plena, definitiva e permanente, em caráter irrevogável e irretratável, para toda e qualquer utilização, disposição e fruição, para qualquer finalidade e por qualquer meio, a qualquer tempo e em qualquer lugar, e para qualquer forma de arquivamento.

19.2. A CONTRATADA deve garantir que o objeto do Contrato não infringe quaisquer direitos autorais, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogado, custas e despesas decorrentes de qualquer medida ou processo judicial ou administrativo iniciado em face do **BNDES**, por acusação da espécie, podendo a **CONTRATADA** ser instado a intervir no processo.

20. RUBRICA E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA


20.1. As despesas com a contratação serão alocadas à conta da rubrica orçamentária nº 3102200020 (Despesas operacionais/D Adm/Serv Terc/Ass Tec-Serv Especializ).

20.2. O código da unidade orçamentária gestora é BN34005000 - ACO/DESOC.

20.3. Há disponibilidade orçamentária para esta contratação.


Delbítte.
Jurídico




Maria Amélia P. P. Chambarelli
Coordenadora
Advogada
AARH/DELIC/GLIC2

CONTRATO OCS N° 376/2017 - BNDES
ANEXO II – PROPOSTA

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes
Av. Dr. Churri Zaidan, nº 1.240
4º ao 12º andares – Golden Tower
04711-130 – São Paulo – SP
Brasil

Tel: + 55 (11) 5186-6809
www.deloitte.com.br
brsetorpublico@deloitte.com

Ao

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
A/C Sr. Pregoeiro da Gerência de Licitação 2

Ref. Pregão Eletrônico AARH nº 52/2017 - BNDES

Objeto: Contratação de serviço de consultoria para auxílio na adequação das sistemáticas utilizadas pelas empresas do Sistema BNDES aos requisitos da norma IFRS 9 – Instrumentos Financeiros emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

Licitante: Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes CNPJ: 49.928.567/0001-11
Endereço: Avenida Dr. Churri Zaidan, nº 1240, 4º ao 12º andar, Vila São Francisco – São Paulo/SP
Telefone: (11) 5186-6409 E-mail: brsetorpublico@deloitte.com

Representante Legal: Vanderlei Minoru Yamashita
Nacionalidade: Brasileira Estado Civil: Casado
Profissão: Contador Função na Sociedade: Sócio
RG: 18.361.695/SSP/SP CPF: 130.348.648-25

Estabelecimentos vinculados à execução contratual (Matriz/Filial):

Razão Social: Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes CNPJ: 49.928.567/0001-11
Endereço: Avenida Dr. Churri Zaidan, nº 1240, 4º ao 12º andar, Vila São Francisco – São Paulo/SP
Telefone: (11) 5186-6409 E-mail: brsetorpublico@deloitte.com

Descrição do objeto ofertado: Contratação de serviço de consultoria para auxílio na adequação das sistemáticas utilizadas pelas empresas do Sistema BNDES aos requisitos da norma IFRS 9 – Instrumentos Financeiros emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.


A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada de DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende e quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, valores e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

©2017 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.


Jurídico

46


Maria Amélia P.H. Chambarelli
Coordenadora
Advogada
AARH/DELIC/GLIC2

Deloitte.

ETAPA	Código	Descrição do Produto		Valor unitário R\$	Quantidade de Produtos	Valor Total R\$
1	P1	Documento contendo o plano de trabalho e a metodologia para a ETAPA 02	SISTEMA BNDES	131.860,35	1	131.860,35
	P2	Reunião de apresentação ao BNDES do plano de trabalho		37.609,80	1	37.609,80
2	P3	Documento contendo o mapeamento da situação das sistemáticas e proposição de adequação das sistemáticas	SISTEMA BNDES	611.199,97	1	611.199,97
	P4	Documento contendo o plano de trabalho e a metodologia para a ETAPA 03		135.337,83	1	135.337,83
	P5	Reunião de apresentação ao BNDES dos principais resultados e do plano de implementação da ETAPA 3		32.437,85	1	32.437,85
3a	P6a	Documento contendo Nota Técnica relacionando as sistemáticas desenvolvidas para cada assunto e aspecto, incluindo sumário executivo, resultados obtidos e conclusão dos trabalhos	BNDESPAR	277.495,34	1	277.495,34
	P7a	Documento contendo as sugestões de estrutura das demonstrações financeiras, notas explicativas e planos de contas em atendimento aos requisitos da norma IFRS 9		174.848,41	1	174.848,41
	P8a	Documento contendo orientação de como conduzir o monitoramento e controle dos aspectos das sistemáticas, como efetuar análise crítica e definir ações preventivas e corretivas		447.750,56	1	447.750,56
	P9a	Reunião de apresentação dos procedimentos executados e resultados da implementação da adequação das sistemáticas		27.249,56	1	27.249,56
3b	P6b	Documento contendo Nota Técnica relacionando as sistemáticas desenvolvidas para cada assunto e aspecto, incluindo sumário executivo, resultados obtidos e conclusão dos trabalhos	CONSOLIDADO	969.714,23	1	969.714,23
	P7b	Documento contendo as sugestões de estrutura das demonstrações financeiras, notas explicativas e planos de contas em atendimento aos requisitos da norma IFRS 9		295.114,74	1	295.114,74
	P8b	Documento contendo orientação de como conduzir o monitoramento e controle dos aspectos das sistemáticas, como efetuar análise crítica e definir ações preventivas e corretivas		568.811,56	1	568.811,56
	P9b	Reunião de apresentação dos procedimentos executados e resultados da implementação da adequação das sistemáticas		40.569,80	1	40.569,80
VALOR GLOBAL DOS SERVICOS						3.750.000,00



Deloitte.

A licitante **Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes**, declara ter ciência e aceitar todas as exigências do edital do Pregão Eletrônico em referência, bem como todas as condições de execução do objeto licitado, propondo sua execução pelo valor de **R\$ 3.750.000,00 (três milhões setecentos e cinquenta mil reais)**, observados os valores unitários cotados na planilha acima.

Declara, outrossim, que o valor proposto inclui todas as despesas e custos, diretos e indiretos (tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições, transporte, seguro e insumos), necessários ao cumprimento integral do objeto licitado.

Por fim, a **Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes**, informa que a validade da presente proposta é de 60 (sessenta) dias.

Atenciosamente,

São Paulo, 3 de agosto de 2017.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes



Vanderlei Minoru Yamashita
Sócio

CONTRATO OCS Nº 376/2017 - BNDES
ANEXO III – MATRIZ DE RISCO

Categoria do Risco	Descrição	Consequência	Medidas Mitigadoras	Alocação do Risco
Risco atinente ao Tempo da Execução	Atraso na execução do objeto contratual por culpa do Contratado.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Diligência do Contratado na execução contratual.	Contratado
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato próprios do risco ordinário da atividade empresarial ou da execução.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Planejamento empresarial.	Contratado
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que não estejam na sua álea ordinária, tais como fatos do príncipe, caso fortuito ou de força maior, bem como o retardamento determinado pelo BNDES, que comprovadamente repercute no preço do Contratado.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Revisão de preço.	BNDES
Risco da Atividade Empresarial	Alteração de enquadramento tributário, em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro do Contratado na avaliação da hipótese de incidência tributária.	Aumento ou diminuição do lucro do Contratado.	Planejamento tributário.	Contratado
	Variação da taxa de câmbio.	Aumento ou diminuição do custo do produto e/ou do serviço.	Instrumentos financeiros de proteção cambial (hedge).	Contratado
	Elevação de gastos com viagens superiores ao estimado pelo Contratado.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Melhor planejamento contratual.	Contratado
	Elevação dos custos operacionais para o desenvolvimento da atividade empresarial em geral e para a execução do objeto em particular, tais como aumento de preço de insumos, prestadores de serviço e mão de obra.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Reajuste anual de preço.	BNDES
	Elevação dos custos operacionais definidos na linha anterior, quando superior ao índice de reajuste previsto na Cláusula de Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Planejamento empresarial.	Contratado
Riscos Trabalhista e Previdenciário	Responsabilização do BNDES por verbas trabalhistas e previdenciárias dos profissionais do Contratado alocados na execução do objeto contratual.	Geração de custos trabalhistas e/ou previdenciários para o BNDES, além de eventuais honorários advocatícios, multas e verbas sucumbenciais.	Ressarcimento, pelo Contratado, ou retenção de pagamento e compensação com valores a este devidos, da quantia despendida pelo BNDES.	Contratado

Risco Tributário e Fiscal (Não Tributário).	Responsabilização do BNDES por recolhimento indevido em valor menor ou maior que o necessário, ou ainda de ausência de recolhimento, quando devido, sem que haja culpa do BNDES.	Débito ou crédito tributário ou fiscal (não tributário).	Ressarcimento, pelo Contratado, ou retenção de pagamento e compensação com valores a este devidos, da quantia despendida pelo BNDES.	Contratado
--	--	--	--	------------

CONTRATO OCS Nº 376/2017 - BNDES
ANEXO IV – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE PARA REPRESENTANTE LEGAL

DELOITTE TOUCHE THOMATSU AUDITORES INDEPENDENTES, por seu representante legal, doravante designado simplesmente **RESPONSÁVEL**, se compromete, por intermédio do presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**, a não divulgar sem autorização quaisquer informações de propriedade do **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES** e de suas Subsidiárias **BNDES Participações S.A. - BNDESPAR** e Agência Especial de Financiamento Industrial - **FINAME**, doravante simplesmente designados como **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, em conformidade com as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que, em razão da sua prestação de serviços às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** (Contrato OCS nº 376/2017 - SRM 4400002795, celebrado em 28.08.2017), estabelece contato com informações privadas das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e do **RESPONSÁVEL**, sem a expressa e escrita autorização do representante legal do **BNDES**, signatário do Contrato ora referido.

CLÁUSULA SEGUNDA

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- I. listagens e documentações com informações confidenciais a que venha a ter acesso;
- II. documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de captações de recursos, de *marketing*, de clientes e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;
- III. metodologias e ferramentas de desenvolvimento de produtos elaborados pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** ou por terceiros para as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;

IV. valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica; e

V. documentos e informações utilizados na execução dos serviços do Contrato OCS nº 376/2017.



CLÁUSULA TERCEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que as referências dos incisos I a V da Cláusula Segunda deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo.

Parágrafo Único

Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o **RESPONSÁVEL** deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, signatário do Contrato OCS nº 376/2017, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA QUARTA

O **RESPONSÁVEL** recolherá, ao término do Contrato OCS nº 376/2017, para imediata devolução às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a este relacionada, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse seja de seus empregados, prepostos, prestadores de serviço, seja de fornecedores, com vínculo empregatício ou eventual com o **RESPONSÁVEL**, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial a que teve acesso enquanto contratado pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**.


Parágrafo Único

O **RESPONSÁVEL** determinará a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam, direta ou indiretamente, envolvidos com a prestação de serviços objeto do Contrato OCS nº 376/2017, a observância do presente Termo, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.


Deloitte.
Jurídico

52




Maria Amélia P. R. Chambarelli
Coordenadora
Advogada
AARH/DELIC/GLIC2

CLÁUSULA QUINTA

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a informar imediatamente às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados, prepostos e prestadores de serviço.

CLÁUSULA SEXTA

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará a responsabilidade civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

CLÁUSULA SÉTIMA

As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação do vínculo contratual entre o **RESPONSÁVEL** e as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e abrangem as informações presentes e futuras.

CLÁUSULA OITAVA

O **RESPONSÁVEL** se compromete, no âmbito do **CONTRATO** objeto do presente Termo, a apresentar às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** declaração individual de adesão e aceitação das Cláusulas do **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE** para Profissionais, de cada integrante ou participante da Equipe que prestar ou vier a prestar os serviços especificados no Contrato OCS nº 376/2017.

De Acordo,

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2014

Representante Legal do Contratado:

5º Tabelionato de
Notas FRANÇA

**RECONHECIMENTO
NO VERSO**

Nome: Gilberto Bizarra De Souza Cargo/Função:

CPF: 84683295768 Telefone: 1151861651 E-mail:

Documento de Identidade (número, data, emissor):

CRC RJ 076328/0-2

CONTRATO OCS Nº 376/2017 - BNDES
ANEXO V – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE PARA PROFISSIONAIS

_____, doravante designado simplesmente **RESPONSÁVEL**, se compromete, por intermédio do presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**, a não divulgar sem autorização quaisquer informações de propriedade do **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES** e de suas Subsidiárias **BNDES Participações S.A. - BNDESPAR** e Agência Especial de Financiamento Industrial - **FINAME**, doravante simplesmente designados como **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, em conformidade com as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que, em razão da sua prestação de serviços às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** (Contrato OCS nº 376/2017 - SRM 4400002795, celebrado em __/__/__), estabelece contato com informações privadas das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, sem a expressa e escrita autorização do representante legal signatário do Contrato ora referido.

CLÁUSULA SEGUNDA

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- I. listagens e documentações com informações sigilosas ou confidenciais a que venha a ter acesso enquanto contratado por sociedade que preste serviço às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;
- II. documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de captações de recursos, de *marketing*, de clientes e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;



IV. valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica; e

V. documentos e informações utilizados na execução dos serviços do Contrato OCS nº 376/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que as referências dos incisos I a V da Cláusula Segunda deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo.

Parágrafo Único

Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o **RESPONSÁVEL** deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, signatário do Contrato OCS nº 376/2017, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma, a ausência de manifestação expressa das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA QUARTA

O **RESPONSÁVEL** recolherá, ao término do Contrato OCS nº 376/2017, para imediata devolução às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, todo e qualquer material de propriedade destas, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a este relacionada, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial a que teve acesso enquanto contratado pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**.

Parágrafo Único

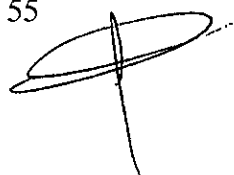
O **RESPONSÁVEL** adotará todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.


CLÁUSULA QUINTA

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a informar imediatamente às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.


Deloitte.
Jurídico

55




Maria Amélia P.P. Chambarelli
Coordenadora
Advogada
AARH/DELIC/GLIC2

CLÁUSULA SEXTA

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará a responsabilidade civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

CLÁUSULA SÉTIMA

As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação da prestação de serviços objeto do Contrato OCS nº 376/2017, e abrangem as informações presentes e futuras.

De Acordo,

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

Profissionais da Equipe:


Nome: _____ Cargo/Função: _____

CPF: _____ Telefone: _____ E-mail: _____

Documento de Identidade (número, data, emissor): _____


Deloitte.
Jurídico

56


Maria Amélia PIP. Chambarelli
Coordenadora
Advogada
AARH/DELIC/GLIC2